

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR SÃO JUDAS TADEU

Mantenedora

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SÃO JUDAS TADEU

Mantida

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

(2012-2016)

FLORIANO – PI

2012

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1 DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	5
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA.....	5
1.2 IDENTIFICAÇÃO DA MANTIDA.....	5
2 PERFIL INSTITUCIONAL.....	6
2.1 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	6
2.2 HISTÓRICO DA IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ISESJT.....	7
2.3 OBJETIVOS E METAS.....	8
2.3.1 OBJETIVOS.....	9
2.3.2 METAS.....	9
2.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	14
3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....	15
3.1 INSERÇÃO REGIONAL.....	15
3.2 INSERÇÃO DA CIDADE DE FLORIANO NO CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DO PIAUÍ.....	15
3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS.....	18
3.3.1 POLÍTICAS DE ENSINO.....	19
3.3.2 DIRETRIZES PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO.....	28
3.3.3 POLÍTICAS DE PESQUISA.....	29
3.3.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO.....	30
3.3.5 POLÍTICAS DE GESTÃO.....	32
3.4 TEMAS TRANSVERSAIS PRESENTES.....	33
3.4.1 DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	34
3.4.2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	35
3.4.3 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA.....	36
3.4.4 DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	37
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	39
5 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	41
6 IMPLEMENTAÇÃO DO ISESJT E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....	42
6.1 CRONOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.....	42
6.2 PROGRAMAÇÃO DE PESQUISA.....	42
6.3 PLANO DE ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	43
6.4 INOVAÇÕES CONSIDERADAS SIGNIFICATIVAS, ESPECIALMENTE QUANTO À FLEXIBILIDADE DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	45
6.5 OPORTUNIDADES DIFERENCIADAS DE INTEGRALIZAÇÃO DOS CURSOS.....	48
6.6 AVANÇOS TECNOLÓGICOS.....	48
6.7 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	49
7 CORPO DOCENTE.....	52
7.1 INCENTIVOS PROFISSIONAIS.....	54

8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.....	56
8.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	57
8.2 POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	57
9 CORPO DISCENTE	58
9.1 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA	60
9.2 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	60
9.3 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	60
10 ORGANIZAÇÃO ADMINISRTRATIVA	62
10.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	62
10.2 ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO BÁSICA.....	62
10.3 ÓRGÃOS COLEGIADOS	65
10.4 ÓRGÃO DE APOIO ÀS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS E ACADÊMICAS.....	68
10.5 AUTONOMIA DO INSTITUTO EM RELAÇÃO À MANTENEDORA	68
10.6 RELAÇÕES E PARCERIAS COM A COMUNIDADE.....	69
11 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	70
12 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS.....	72
12.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA	72
12.2 INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	73
12.2.1 LABORÁTÓRIO DE INFORMÁTICA	73
12.2.2 BRINQUEDOTECA	74
12.2.3 BIBLIOTECA	74
13 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	76
13.1 DIRETRIZES NORTEADORAS.....	76
14 DEMOSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	80
14.1 PLANOS DE INVESTIMENTOS	82

APRESENTAÇÃO

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior-SERES, tem assumido importante papel na implementação de políticas de regulação da oferta do ensino superior. O Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu- ISESJT, compreendendo esse papel do MEC e comprometido com a busca da qualidade nas ações que desenvolve, buscou atender às diretrizes de regulação do MEC/SERES e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais-INEP, a partir dos resultados obtidos na avaliação institucional realizada para fins de seu recredenciamento. No relatório de conclusão da referida avaliação foram apontadas inúmeras fragilidades nos diversos aspectos que envolvem a organização institucional, dentre eles destaca-se a necessidade de reestruturação do seu plano de desenvolvimento-PDI.

Dessa forma, foi constituída uma comissão, instituída através da Portaria N° 01/2012 do CONSUP, com o objetivo de reelaborar o PDI do ISESJT, com base nos dispositivos legais: a Lei N° 9.394/1996 (LDB), Lei N° 10.861/2004, Decreto N° 5.773, além de outros decretos e portarias citados ao longo do texto. No processo de reelaboração do PDI foram envolvidos membros das comunidades interna e externa, considerando a importância de todos para a promoção de uma educação de excelência, através da articulação do ensino, pesquisa, extensão e inovação, em consonância com o desenvolvimento social e tecnológico da região e, em especial, do Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira, região que está situada a cidade de Floriano, sede da IES.

O PDI, objetivamente, visa trazer uma nova visão para as atividades acadêmicas e socioculturais desenvolvidas no ISESJT, à medida que estabelece ações estratégicas, fundadas em ideias e experiências sugeridas por docentes, discentes e técnico-administrativos, assumindo, dessa forma, caráter democrático. É relevante ressaltar que todas as ações previstas visam a integração da IES ao contexto no qual está inserida, o que torna esse Projeto de cunho participativo em que os gestores assumem o compromisso de acompanhar o planejamento e a execução de programas e projetos relacionados as metas propostas neste documento.

Dessa forma, conforme descrito nos documentos institucionais, foram constituídas subcomissões, envolvendo a participação de docentes, técnicos e também discentes, responsáveis pelo acompanhamento da implementação de ações relacionadas a cada uma das dimensões explicitadas no PDI.

A reelaboração do PDI a partir desses referenciais legais constitui-se no compromisso da Sociedade de Ensino Superior São Judas Tadeu (SESJT), mantenedora do Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT), para obter o credenciamento junto ao Ministério da Educação para o período de 2012 a 2016, possibilitando assim, o planejamento institucional para a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e extensão. E assim, garantir a efetividade de sua missão, que é contribuir com a formação de profissionais competentes e éticos comprometidos com o desenvolvimento social e econômico da mesorregião sul do Estado e, mais especificamente, da cidade de Florianópolis.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do ISESJT foi elaborado numa visão gerencial de qualidade voltada para a implantação, consolidação e expansão de uma Instituição de Ensino Superior contemporânea. As práticas institucionais estão sendo redirecionadas em função da nova organização institucional que está se estabelecendo, modificando o clima dentro da instituição que passou a se caracterizar por um engajamento ético e de confiança focado em um trabalho socioeducativo e afetivo.

Neste documento estão expressos: o perfil institucional delineado através de sua filosofia de trabalho; a missão a que se propõe; as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações; sua estrutura organizacional; seu planejamento econômico-financeiro e as atividades acadêmicas que pretende desenvolver.

Este Plano, ao sistematizar um conjunto de informações sobre o ISESJT, torna-se um documento de referência institucional. Neste sentido, compromete toda a comunidade acadêmica na busca e realização dos objetivos e metas estabelecidos para um período de cinco anos.

1 DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1.1 Identificação da Mantenedora

Razão Social: SESJT - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR SAO JUDAS TADEU

LTDA - ME

CNPJ: 05.078.685/0001-02

Categoria Administrativa: Pessoa Jurídica de Direito Privado – com fins lucrativos – sociedade jurídica.

Endereço: Rua Félix Pacheco, 530

Bairro: Centro

CEP: 64800-000

Cidade: Floriano

Estado: Piauí

Telefone: 89 3522-2444

Dirigente: Albertina Gomes da Costa

E-mail: isesjt@yahoo.com.br

1.2 Identificação da Mantida

Mantida: Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu

Sigla: ISESJT

Endereço: Rua Félix Pachêco, 530, Centro

CEP: 64800-000

Cidade: Floriano

Estado: Piauí

Telefone: 89 3522-2444

E-mail: secretaria@saojudastadeu.net.br

Pesquisadora Institucional: Francisca Maria Costa de Oliveira

2 PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT), instituição privada com fins lucrativos mantida pela Sociedade de Ensino Superior São Judas Tadeu (SESJT), busca desenvolver uma estrutura organizacional mais horizontalizada, flexível e transparente, permeável às inovações acadêmico-administrativas, que levam à potencialização de maior interação do ISESJT com a sociedade.

2.1 Missão e Visão Institucional

O cenário educacional brasileiro bem como outras áreas do mercado está marcado pela fluidez e dinamicidade que caracterizam o atual contexto socioeconômico e político. Nessa perspectiva, o ISESJT define sua **Visão de futuro**:

- Pretende ser reconhecido regionalmente enquanto instituição de ensino superior através da oferta qualificada de cursos de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, visando à formação de profissionais e especialistas qualificados nas áreas de ciências humanas, sociais aplicada, saúde e exatas.

A missão de uma instituição explicita sua razão de ser e reflete os motivos pelos quais foi criada e é mantida. Ela define como a Instituição vê sua contribuição no atendimento às necessidades sociais. Abrangente e formulada com concisão, deverá permear o dia a dia de todas as atividades da Faculdade. A **Missão** que define a identidade do ISESJT é:

- Gerar, sistematizar e difundir conhecimentos por meio de atividades de ensino, iniciação a pesquisa e extensão, formando profissionais capazes de interagir frente à realidade, promovendo o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

2.2 Histórico de Implantação e Desenvolvimento do ISESJT

O Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu é a concretização de um projeto educacional de uma equipe de educadores piauienses que possui uma expressiva experiência na gestão escolar em Educação Básica, iniciada em Floriano com a criação do Colégio Nobel em 1984. Seu credenciamento foi efetivado pela portaria MEC nº 2.526, de 19 de agosto de 2004, com publicação no Diário Oficial da União (DOU), nº 161, em 20 de agosto de 2004. O primeiro curso de graduação oferecido foi a Licenciatura em Normal Superior, autorizado pela Portaria MEC nº 2.527, de 19 de agosto de 2004, com publicação na mesma edição do DOU que publicou o ato de credenciamento, posteriormente transformado em Curso de Licenciatura em Pedagogia através da Portaria MEC nº 28, de 16 de janeiro de 2008, com publicação no DOU em 17 de janeiro de 2008.

O ISESJT, tendo em vista o resultado insuficiente na avaliação da Instituição configurado no Relatório de Avaliação nº 61722 da Comissão de Avaliação Institucional in loco designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do resultado insuficiente no Índice Geral de Cursos (IGC), bem como da análise realizada pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) na fase de Parecer Final do Processo de credenciamento da instituição – Processo e-MEC nº 20077323, assinou junto a SERES/MEC um Protocolo de Compromisso objetivando a execução de ações de melhoria das condições de oferta de educação superior, bem como do saneamento de deficiências.

Nesse contexto, configurou-se como imprescindível uma reorganização da instituição nas suas diversas dimensões, tendo o seu PDI como um instrumento orientador para essa reorganização da gestão institucional no período de 2012 a 2016. Visando atuar no espaço educacional, cultural e científico da região sul do Piauí, o ISESJT propõe-se a contribuir para a elevação dos padrões socioculturais por meio da formação de recursos humanos capazes de atuar em diversos contextos profissionais, tendo como referência sua Missão institucional.

Nessa perspectiva, o ISESJT está reconstruindo sua trajetória como Instituição de Ensino Superior, consolidando um projeto institucional que atenda às demandas locais em termos de desenvolvimento social, cultural e promoção da qualidade de vida da população, através da oferta de cursos superiores em nível de graduação e pós-graduação, bem como

através da oferta de cursos que possam garantir a qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho local, através de investimento em programas de formação continuada.

A atuação do ISESJT como IES, se justifica pela necessidade de atendimento a uma grande demanda de alunos que buscam uma formação em nível superior oriundos, na sua maioria, dos resultados da implementação de políticas públicas na Educação Básica, e também ao atendimento a outra grande demanda de estudantes que buscam a formação superior impulsionada pelo atual paradigma de valorização da educação, voltada a atender aos interesses de inclusão de jovens e adultos no processo de escolarização na perspectiva de investimento constante em formação.

A partir deste contexto, o ISESJT tem por principal objetivo atuar no sistema educacional brasileiro, especificamente no ensino superior de graduação e de pós-graduação. Tem uma concepção pedagógica inovadora, agregadora dos avanços tecnológicos, visando desenvolver projetos de responsabilidade social mediados pela dimensão ética, capazes de propiciar as transformações necessárias para a formação de profissionais competentes e comprometidos com as necessidades da atual sociedade.

O ISESJT perspectiva assumir uma posição construtiva em seu meio, servindo de instrumento propulsor de transformação social através das respostas dadas aos anseios e às necessidades da comunidade onde se situa. Assumindo, dessa forma, o compromisso de colocar o produto de suas atividades de ensino, aliadas às iniciações em pesquisa e à extensão ao alcance e serviço da comunidade, para dela merecer o respeito e reconhecimento. Busca, ainda, garantir a qualidade desse produto, além de proporcionar uma ampla participação dos alunos nos diversos aspectos da vida acadêmica.

2.3 Objetivos e Metas

Com o propósito de tornar sua missão factível, o ISESJT visa cumprir o seu papel de formador de profissionais competentes, sensibilizados com as demandas sociais e capazes de, através de uma inserção comunitária, contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população local e regional.

2.3.1 Objetivos do ISESJT:

- Redefinir a estrutura organizacional e as instâncias de decisão e qualificar a gestão institucional;
- Estabelecer relações e parcerias institucionais visando qualificar a prestação de serviços oferecidos à comunidade;
- Modernizar a gestão institucional valorizando a organização e gestão de pessoas;
- Garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, de acordo com as necessidades profissionais e tendências de mercado presentes na comunidade local e regional;
- Ofertar ensino de qualidade, visando o desenvolvimento técnico-científico, cultural e formação profissional que contribua com o desenvolvimento econômico e social local e regional;
- Implantar programa de extensão com vistas a ampliar a relação com a sociedade através da socialização dos conhecimentos vivenciados na IES e proporcionando a valorização da qualidade do ensino e da iniciação científica;
- Promover a adequação da infraestrutura física para viabilizar a qualidade das ações institucionais;
- Favorecer o planejamento institucional através da implantação de planejamento econômico-financeiro.

2.3.2 Metas do ISESJT

O ISESJT, em consonância com sua missão, finalidade e seus objetivos, prevê as metas prioritárias, que representam o compromisso institucional para o processo de reorganização com vistas ao seu desenvolvimento. As metas aqui definidas representam o planejamento estratégico para os próximos cinco anos. As metas estão distribuídas em quatro dimensões: Organização Acadêmica e Administrativa, Planejamento e Organização Didática, Infraestrutura Física e Acadêmica e Aspectos Financeiros e Orçamentários. Apresenta-se a

descrição detalhada dos objetivos para cada dimensão e a quantificação das metas nos quadros a seguir.

Dimensão 1: Organização Acadêmica e Administrativa

Objetivo I: Redefinir a estrutura organizacional e as instâncias de decisão e qualificar a gestão institucional

META	2012	2013	2014	2015	2016
Reformular os documentos institucionais: PDI, Regimento, Organização Didático Pedagógica, Projeto Pedagógico de Cursos e Projetos Institucionais de Extensão e Pesquisa	X				
Fortalecer as estruturas colegiadas (Conselho Superior, Colegiado de Cursos e de Representação Estudantil).	X				
Criar e regulamentar a atuação do Núcleo Docente Estruturante para o curso de pedagogia.	X	X			
Implantar Processo de Ouvidoria.		X			
Implantar e socializar as principais rotinas e processos acadêmicos e administrativo.	X	X			
Realizar planejamento estratégico anual em todos os setores da ISESJT.		X	X	X	X
Fortalecer a atuação da Comissão Própria de Avaliação voltada para o desenvolvimento da gestão.	X	X	X		

Objetivo II: Estabelecer relações e parcerias institucionais visando qualificar a prestação de serviços oferecidos à comunidade.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Criar o Programa de Extensão		X			
Realizar ações em parceria com órgãos públicos da região para implementar 02 (duas) atividades extencionistas anuais, envolvendo a comunidade externa.	X	X	X	X	X
Viabilizar a cooperação institucional com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Assistência Social e Educação da região, visando a realização de ações integradas e o desenvolvimento de estágios para os discentes.	X	X	X	X	X

Objetivo III: Modernizar a gestão institucional valorizando a organização e gestão de pessoas.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Desenvolver sistema informatizado de monitoramento da gestão institucional	X				
Monitorar mensalmente a implantação das ações previstas no Protocolo de compromisso assinado junto ao MEC.	X				
Desenvolver e implementar Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e outras ferramentas de tecnologias de informação e comunicação, divulgação de acervo virtual.	X	X			
Implementar 03 mecanismos de pesquisa/ avaliação de serviços e da satisfação da comunidade até 2014.			X		
Implantar 05 canais de comunicação interna e externa até 2014.	X	X	X		
Implantar 01 Programa de Responsabilidade Social, focalizando sua atuação em torno de áreas social, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, envolvendo as áreas de ensino, iniciação a pesquisa e extensão.	X		X		
Implantar o plano de carreira docente do ISESJT.	X	X	X	X	X
Implantar mecanismo que regulamente a seleção e contratação de pessoal docente e técnico administrativo até 2013		X			
Desenvolver Programa de Formação Inicial e Continuada de docentes e pessoal técnico-administrativo.	X	X	X	X	X

Dimensão 2: Planejamento e Organização Didática

Objetivo I: Garantir a oferta de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*, de acordo com as necessidades profissionais e tendências de mercado presentes na comunidade local e regional.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Realizar pesquisa de mercado de trabalho para subsidiar a oferta de novos cursos.	X				
Ofertar dois novos cursos de graduação na área de Humanas: Serviço social e Administração.			X		
Ofertar curso na área da saúde: Enfermagem;			X	X	
Realinhar o Projeto do Curso de Pedagogia com a nova organização institucional e as DCN's;	X				
Criar Programa Institucional de Educação Continuada visando a integração nas ações institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão.		X			
Otimizar a oferta de cursos de pós-graduação através		X			

da reestruturação da Coordenação de Pós-graduação.					
--	--	--	--	--	--

Objetivo II: Ofertar ensino de qualidade, visando o desenvolvimento técnico-científico, cultural e formação profissional que contribua com o desenvolvimento econômico e social local e regional.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Garantir apoio didático pedagógico aos coordenadores de cursos e docentes, através da constituição de programa de formação continuada.	X	X	X	X	X
Avaliar e reformular o Projeto do Curso de Pedagogia, adequando-o ao novo projeto institucional e as DCN's.	X				
Implantar o sistema informatizado dos dados e processos acadêmicos da graduação.		X			
Fortalecer parcerias com a rede pública de ensino visando a implantação de dois projetos interinstitucionais de articulação entre Ensino e Extensão.	X	X			
Implantar uma política de aquisição e atualização do acervo da biblioteca relacionados a todos os cursos da instituição.	X	X	X	X	X
Implantar uma política para aquisição dos recursos de informática relacionados aos cursos.		X			
Estruturar e regulamentar as ações do NDE no curso de Pedagogia.	X				
Elaborar e implementar proposta que viabilize a utilização das TIC's como inovação tecnológica no processo ensino-aprendizagem.			X		
Implantar normas de padronização para todos os cursos da ISESJT referentes às atividades complementares, estágio curricular e trabalho de conclusão de curso.	X		X		
Disponibilizar Programa de Monitoria para todos os cursos.	X				
Implantar Programa de Iniciação Científica.	X	X	X	X	X
Implantar Projeto de Acompanhamento Psicopedagógico aos discentes.	X	X	X	X	X
Implantar Projeto de Acompanhamento e Relacionamento com os alunos egressos.	X				

Objetivo III: Implantar programa de extensão com vistas a ampliar a relação com a sociedade através da socialização dos conhecimentos vivenciados na IES e proporcionando a valorização da qualidade do ensino e da iniciação científica.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Implantar programa de extensão que favoreça o desenvolvimento de projetos interdisciplinares envolvendo a comunidade acadêmica e instituições públicas do município.	X	X			
Implantar o programa de educação continuada visando a qualificação de estudantes e trabalhadores através da oferta de cursos e oficinas.					
Implantar mecanismos de comunicação e socialização dos conhecimentos produzidos pela instituição.	X	X			
Promover anualmente evento científico-cultural com o objetivo de socializar as produções acadêmicas da instituição e promover a divulgação das ações culturais da região.		X	X	X	X

Dimensão III: Infraestrutura Física e Acadêmica

Objetivo I: Promover a adequação da infraestrutura física para viabilizar a qualidade das ações institucionais.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Reformar as instalações físicas existentes na IES adequando-as com os espaços necessários à implantação dos cursos propostos (salas de aulas, laboratórios, biblioteca, auditório, setores administrativos e demais instalações)	X				
Implantar plano de manutenção, conservação, segurança e expansão da infraestrutura.		X			
Promover a acessibilidade através da adequação dos espaços e mobiliários da instituição ao atendimento das pessoas com necessidades especiais.	X				

Dimensão IV: Aspectos Financeiros e Orçamentários

Objetivo I: Favorecer o planejamento institucional através da implantação de planejamento econômico-financeiro.

META	2012	2013	2014	2015	2016
Realizar proposta orçamentária coerente com as políticas de desenvolvimento institucional.	X				
Promover a organização institucional com vistas a atender art. 15 do Decreto nº 5.773/2006, garantindo a implementação dos seus atos constitutivos e de sua situação fiscal.	X				

Contratar especialistas na área contábil para análise e emissão de relatório sobre a situação financeira e proposta de reorganização institucional.	X				
Estabelecer parcerias para captação de recursos por meio de projetos e convênios, integrando as áreas da Instituição.		X			
Estabelecer linhas de crédito para realizar empréstimos com vistas à promoção do desenvolvimento institucional	X	X	X	X	X

2.3 Áreas de Atuação Acadêmica

Visando garantir a efetivação de sua missão institucional o ISESJT propõe sua atuação acadêmica na abrangência dos seguintes cursos:

- De graduação em nível de licenciatura ou bacharelado, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido aprovados em processo seletivo;
- De pós-graduação, compreendendo programas *lato sensu*, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam as exigências da Instituição.

O ISESJT atua fortemente na formação de profissionais da educação em nível de graduação, pós-graduação e atualização, na área de educação e áreas afins. Associado à sua atuação no campo do ensino, o Instituto desenvolve as atividades de pesquisa e de extensão.

A atuação na pesquisa é orientada para a produção de conhecimentos científicos na área de educação e áreas afins na busca de resultados que possam contribuir efetivamente para a melhoria do processo educacional do município de Floriano e seu entorno. A atuação no campo da extensão ocorre através de cursos, simpósios, conferências, debates, treinamento profissional, prestação de serviços na área educacional, execução de programas e projetos de alcance sociocultural, realizados interna ou externamente à IES.

É através de suas áreas de atuação que o ISESJT consolida o seu compromisso político-social com as comunidades da região de sua influência, seja no Estado do Piauí ou no vizinho Estado do Maranhão, que faz limite com a cidade de Floriano.

3 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

3.1 Inserção Regional

O Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT) é um estabelecimento de ensino superior com sede na cidade de Floriano, na região sul do Estado do Piauí. O Piauí é um dos maiores estados da região nordeste em extensão territorial, ocupando uma área de 251.529.186 Km², correspondendo a 16% da área nordestina e a 2,95% de toda a área nacional. O Estado do Piauí está dividido em 223 municípios, agrupados em quatro mesorregiões demográficas.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento (SEPLAN-PI), no Piauí foram definidos onze territórios de desenvolvimento e a cidade de Floriano congrega um dos territórios de desenvolvimento do Estado, sendo considerada polo de referência socioeconômica da região.

3.2 Inserção da cidade de Floriano no contexto socioeconômico do Piauí

A cidade de Floriano, conhecida popularmente como a Princesa do Sul, localizada na microrregião do sul do Piauí, composta por 29 municípios, está situada à margem direita do Rio Parnaíba, na divisa com o Estado do Maranhão. Devido à localização privilegiada e pelo fato de possuir a principal via fluvial de comunicação do Estado, a prática do comércio e de atividades agropastoris contribuiu para que o município prosperasse e Floriano se transformasse em um importante entreposto comercial e entroncamento rodoviário do Estado, referência para todo o sul do Piauí e do Maranhão.

A Figura 1 apresenta o território de desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira onde se localiza Floriano e demais municípios desta região.



FIGURA 1: Território de Desenvolvimento Tabuleiros dos Rios Piauí e Itaueira

FONTE: SEPLAN-PI

O fenômeno da urbanização contribuiu para que a economia de Floriano se voltasse, preponderantemente, para os setores secundário e terciário, com atividades agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços. Na agroindústria, o município atua nos seguintes setores: beneficiamento de caju (castanha, suco e doces); beneficiamento de cera de carnaúba; pasteurização e fabricação de laticínios; processamento e beneficiamento do mel de abelha; processamento e beneficiamento de grãos industriais e óleos vegetais; processamento e beneficiamento do pescado e fabricação de rações.

Há de considerar-se, ainda, como perspectiva, o surgimento de uma nova fronteira agrícola – os cerrados no sul do Piauí e do Maranhão. Floriano, como principal porta de acesso a essa região, poderá tornar-se um grande centro de comércio e de industrialização da soja e outros grãos, visando exteriores.

Outros setores que vêm alavancando a economia da microrregião de Floriano, são os setores de saúde e educação. O setor de saúde é configurado atualmente pela assistência médico-sanitária chegando a cerca de 30 estabelecimentos: 2 hospitais gerais com 200 leitos; 14 estabelecimentos sem internação; 10 postos de saúde; 1 centro de saúde e 3 policlínicas. No setor de educação, Floriano já é conhecida como um importante polo de educação, pois a cidade, apesar de ser de pequeno porte, possui as seguintes instituições de ensino superior públicas: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI); Universidade Federal do Piauí (UFPI) que oferta cursos de graduação e abriga o Colégio Técnico de Floriano (CTF); a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Além disso, a cidade conta com três instituições de Ensino Superior Privadas. Sua rede de ensino atende aos municípios do Sul do Estado do Piauí e do Maranhão, contribuindo para que a cidade detenha um dos maiores índices de estudantes *per capita*, em torno de 37% da população local.

A atual configuração geopolítica do município de Floriano classifica-o como município polo do “Território dos Vales dos Rios Piauí e Itaueira” (SEPLAN PI). Esse território agrega cerca de 19 municípios, destes, 16 são municípios piauienses e 03 são municípios maranhenses. A cidade de Floriano, em termos populacionais é considerada a maior cidade desse território.

A população de Floriano é estimada em 65.308.000 habitantes, sendo que 82% dessa população se concentram na área urbana (IBGE, 2007), constituindo-se polo de referência em desenvolvimento econômico e social, para algumas cidades dos vizinhos estado do Maranhão. Constata-se ainda que Floriano cresce demograficamente 1,5% anualmente e concentra sua população na faixa etária ativa de 15 a 65 anos. Como quinta maior cidade do estado desempenha papel fundamental no desenvolvimento e acessibilidade às oportunidades acadêmicas e de capacitação profissional. Segundo indicadores sociais recentes, apenas 25% da população têm ou teve acesso à educação superior, o que determina que a oferta de novas vagas e cursos, invariavelmente pode favorecer o desenvolvimento econômico e social local.

Sendo assim, faz-se necessário que o desenvolvimento da economia local se dê de modo a favorecer a autonomia dos sujeitos em relação ao acesso e usufruto, de forma equânime, dos recursos, serviços e bens gerados. É necessário também operar mudanças nas instituições locais e estabelecer novos modelos de organização social, para alcançar a criação de uma sociedade mais justa, menos violenta e mais segura, não dando lugar ao colapso das

demandas coletivas por redistribuição das riquezas do desenvolvimento frente ao crescimento selvagem da desigualdade que este mesmo desenvolvimento poderá gerar.

Nesse contexto de análise da conjuntura social da região é fundamental observarmos os indicadores educacionais referentes ao Estado. Convém destacar que o Estado do Piauí ainda possui grande quantidade de analfabetos funcionais, embora o ensino fundamental registre números bastante expressivos a partir de 1998, com a entrada do FUNDEF. Em 2004, o Piauí apresentou maior taxa de escolarização bruta no ensino fundamental entre todos os estados brasileiros, segundo Censo do Inep de 2004.

Em relação à Educação Superior, conforme dados MEC/Inep/Deaes verificou-se no período compreendido entre 1996 a 2004, momento de implantação e entrada em vigor da nova legislação (LDB, Fundef) para a educação do País, que o Piauí registrou uma expansão de 76,7% no número de IES, considerando aqui todas as formas de organização acadêmica existentes no Estado, dentro das normas da legislação em vigor.

Considerando o número de matrículas existentes na Educação superior em todo o Estado, no período entre 1996 e 2004 (dados MEC/Inep/Deaes) verifica-se uma maior concentração na capital, onde a UFPI registra 86,1% de suas matrículas e as IES particulares 92,7% do total de suas matrículas na cidade de Teresina e a UESPI concentra suas matrículas no interior do Estado com 69,4%.

Neste contexto de expansão da Educação Superior no Estado, o ISESJT insere-se na perspectiva de contribuir de forma qualitativa na ampliação da oferta de vagas para cursos de graduação e pós-graduação na região sul do Estado, possibilitando a formação de profissionais em diversas áreas e campos diversificados de atuação.

3.3 Princípios Filosóficos e Teórico-metodológicos Gerais que Norteiam as Práticas Acadêmicas

Os princípios norteadores do Projeto Pedagógico Institucional do ISESJT configuram-se como linhas mestras da prática pedagógica dos cursos e da gestão do Instituto, que orientam todas as ações acadêmicas e administrativas e orientam as condutas dos gestores, docentes, pessoal técnico-administrativo e corpo discente.

O ISESJT pauta suas práticas acadêmicas nos princípios de cidadania, respeito à diversidade e à vida, interdependência, autonomia, eficácia e eficiência na gestão, qualidade de ensino, inovação, criatividade e empreendedorismo. Favorecendo, dessa forma, a experimentação de práticas pedagógicas contextualizadas, historicizadas e competentes, atendendo assim às demandas do mercado de trabalho globalizado e dinâmico, garantindo uma formação profissional técnica e ética com características empreendedoras e críticas para seus graduandos.

Os referenciais propostos nos princípios citados, têm por finalidade orientar as ações acadêmicas do ISESJT no sentido de fazê-la avançar de modo articulado com os novos paradigmas que influenciam o ensino superior. Estes princípios foram estabelecidos tendo como fundamentos as ideias filosóficas e pedagógicas que dão sustentação à prática acadêmica da IES, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão e da responsabilidade social. Em seu conjunto dão suporte às políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão, a seguir descritas.

3.3.1 Políticas de Ensino

As políticas de ensino do ISESJT fundamentam-se na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na legislação que regulamenta os cursos de formação de professores, os cursos de graduação e de pós-graduação; e nas teorias pedagógicas contemporâneas.

Com base nesses fundamentos é que são definidos nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação oferecidos pelo ISESJT, o perfil do egresso, a seleção de conteúdos, os princípios metodológicos, o processo de avaliação, as políticas de prática profissional e as atividades complementares. Os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos serão implementados de modo a atenderem plenamente os critérios e padrões de qualidade exigidos pelo MEC para o corpo docente, para a infraestrutura geral e específica, bem como para a organização didático-pedagógica. A pesquisa, a extensão, a monitoria e a prática profissional na comunidade, são consideradas atividades acadêmicas complementares ao ensino.

A execução dos projetos dos cursos de graduação e pós-graduação será acompanhada de forma permanente através das ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os resultados da avaliação institucional serão utilizados para replanejamento das ações e estabelecimento de novas políticas propositivas.

As diretrizes para os cursos de formação inicial de professores estão definidas no Projeto Institucional de Formação de Professores, que explicita a política de formação docente a ser desenvolvida, articula os projetos dos diferentes cursos a serem oferecidos, e integra as diferentes áreas de fundamentos da educação no âmbito do ISESJT, a seguir descrito.

3.3.1.1 Projeto Institucional de Formação de Professores do ISESJT

O Projeto Institucional de Formação de Professores do ISESJT considera que a formação de professores para a educação básica deve priorizar o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor. Estas competências serão desenvolvidas durante a formação inicial dos professores, em cursos de graduação nas diferentes áreas do conhecimento, e aperfeiçoadas nas atividades de formação continuada, a serem oferecidas periodicamente pela IES.

Competências para a formação de professores

As competências a serem desenvolvidas em todos os cursos de formação de professores oferecidos pelo ISESJT são:

- I. Compromisso com os valores éticos e políticos da sociedade democrática, em que o professor deve primar pela dignidade humana, justiça, respeito pelo outro, diálogo, solidariedade, agindo como verdadeiro cidadão. Este compromisso significa também orientar seu trabalho pedagógico por princípios éticos, respeitar a diversidade cultural dos alunos e zelar pela qualidade do trabalho pedagógico sob sua responsabilidade;
- II. Compreensão do papel social da escola, o que significa compreender o processo de ensino e aprendizagem escolar nas suas relações com o contexto social em que estão

inseridos, bem como promover uma prática pedagógica que considere as características da comunidade, as necessidades do mundo social e as expectativas dos alunos em relação à sua contribuição para a transformação da sociedade;

- III. Domínio dos conteúdos curriculares em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar, o que exige a capacidade de saber relacionar as áreas de conhecimento com os movimentos da atualidade, com os fatos significativos da vida dos alunos, bem como familiarizar-se com as novas linguagens e tecnologias educacionais;
- IV. Domínio do conhecimento pedagógico, demonstrando saber: - planejar, desenvolver e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem dos alunos; - manejar diferentes estratégias de comunicação dos conteúdos; - produzir materiais didáticos; - organizar o trabalho docente no tempo e espaço disponíveis; - utilizar procedimentos diversificados de avaliação da aprendizagem;
- V. Conhecimento de processos de investigação científica que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica, o que implica em saber utilizar procedimentos de pesquisa para manter-se atualizado e aprimorar a prática docente.

Conhecimentos para a formação de professores

Os cursos de formação de professores do ISESJT serão orientados a sempre contemplarem os diferentes âmbitos do conhecimento profissional docente, de forma a possibilitarem um desenvolvimento eficiente das competências mencionadas. Considera-se relevante ressaltar nos cursos de formação inicial e de formação continuada os seguintes conhecimentos:

- I. Cultura geral e profissional, que inclui o conhecimento de produções da cultura erudita e popular, bem como informações atualizadas da realidade do país e do mundo;
- II. Conhecimento sobre crianças, jovens e adultos, o que significa a compreensão dos aspectos psicológicos do desenvolvimento humano nas diferentes etapas da vida, incluindo as peculiaridades dos portadores de necessidades especiais;

- III. Conhecimento sobre as dimensões cultural, social e política da educação, o que inclui os conhecimentos referentes à realidade política e social brasileira e suas relações com a educação, o papel social do professor e as questões da ética e da cidadania;
- IV. Conteúdo das diferentes áreas do conhecimento que compõem o currículo referentes às ciências, à cultura e as artes, e aos temas transversais;
- V. Conhecimento pedagógico, o que remete para a compreensão das teorias pedagógicas e seu reflexo na prática escolar, da organização curricular, dos procedimentos didáticos, da relação professor-aluno, bem como para a produção do conhecimento a partir da própria prática pedagógica;
- VI. Experiências de vida, o que significa valorizar as experiências próprias articuladas com uma reflexão sistemática, que leve o professor a estar permanentemente se autoavaliando e buscando o aperfeiçoamento de sua prática docente.

Princípios metodológicos para a formação de professores

Os princípios metodológicos que norteiam o Projeto Institucional de Formação de Professores do ISESJT são:

- I. Os cursos de formação inicial serão organizados de forma a propiciar aos professores em formação o estímulo e as condições para o desenvolvimento das capacidades e atitudes de interação e comunicação, de cooperação e solidariedade, de autonomia e responsabilidade, e de cidadania;
- II. Desenvolver mecanismos que propiciem o desenvolvimento destas capacidades, utilizando os recursos mais modernos possíveis, que possibilitem as devidas interações dentro do próprio ISESJT e deste com o contexto educacional mais amplo;
- III. A organização curricular dos cursos de graduação oferecidos pelo ISESJT cumprirá as diretrizes estabelecidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas à formação de professores;
- IV. Os cursos de graduação e de formação continuada serão organizados de forma a possibilitarem aos professores a vivência de experiências interdisciplinares que os

capacitem para o desenvolvimento de um trabalho docente integrado e cooperativo com os seus pares, na escola e em outros ambientes educativos;

- V. As atividades práticas dos cursos de formação serão articuladas com os conteúdos teóricos, de forma que ambos sejam experienciados de forma interdisciplinar. O estágio no campo profissional será realizado ao longo do curso, iniciando-se no bloco curricular definido no respectivo Projeto Pedagógico de Curso, com a vivência da rotina das escolas de educação básica e culminando com a docência compartilhada, em que o professor em formação atuará como assistente do professor da escola campo de estágio;
- VI. Na organização curricular dos cursos de graduação será incluída uma dimensão comum a todos estes profissionais, bem como uma formação específica para as diferentes atuações, tais como, educação infantil, séries iniciais do ensino fundamental, áreas de estudo e disciplinas.

Perfil Profissional a ser desenvolvido

Os professores formados pelo ISESJT serão orientados para o desenvolvimento dos conhecimentos que definirão a sua identidade profissional, assim descritos:

- I. O saber, que se refere ao domínio dos conteúdos da própria formação do professor;
- II. O saber pensar, que diz respeito à capacidade de refletir sobre a própria prática, tendo a teoria como elemento articulador;
- III. O saber fazer, que significa a capacidade de transformar a própria prática, aperfeiçoando-a continuamente.

Tendo por fundamento estes conhecimentos, o perfil do professor formado pelo ISESJT será constituído pelas seguintes competências, comuns a todos os cursos a serem oferecidos:

- I. Habilidade de saber utilizar conhecimentos sobre a realidade econômica, cultural, política e social em âmbito nacional, regional e local, para compreender o contexto e as relações em que está inserida a prática educativa;
- II. Capacidade de orientar a própria prática por princípios éticos e por pressupostos epistemológicos coerentes;
- III. Habilidade de organizar o trabalho docente desde o planejamento até a gestão da classe, demonstrando uma relação de autoridade e confiança com os alunos;
- IV. Capacidade para intervir nas situações educativas com sensibilidade e afirmação responsável da autoridade docente;
- V. Capacidade para investigar o contexto educativo e, a partir dos resultados encontrados, articular a prática com a realidade educacional de forma a contribuir para o aprimoramento dos conteúdos de ensino;
- VI. Habilidade para fazer escolhas didáticas coerentes com uma prática transformadora, de forma a estabelecer metas que promovam a aprendizagem de todos os alunos, respeitando suas características pessoais e experiências de vida;
- VII. Habilidade para planejar, realizar e avaliar situações didáticas que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos;
- VIII. Capacidade de envolver-se na construção do projeto pedagógico da escola, atuando em diferentes situações da prática pedagógica além da sala de aula;
- IX. Iniciativa para desenvolver-se profissionalmente, participando das entidades classistas, construindo projetos pessoais de trabalho e de formação continuada, de modo a estar sempre atualizado e elevar a sua qualificação acadêmica.

Além dessas competências gerais, os cursos de formação oferecidos pelo ISESJT deverão estabelecer o perfil específico esperado de seus egressos de modo que, no conjunto, as competências e habilidades desenvolvidas construam o conhecimento profissional que habilitará o professor para o exercício competente do magistério nas suas diferentes dimensões e áreas de conhecimento.

Diretrizes para a Prática Profissional

A prática profissional nos cursos de formação inicial de professores do ISESJT será desenvolvida ao longo do curso. Os projetos de ação pedagógica e os projetos de pesquisa, propostos e conduzidos nas diferentes disciplinas curriculares, são considerados os mecanismos principais de organização e desenvolvimento desta prática profissional. Estes projetos deverão constituir-se em espaços de interdisciplinaridade e de articulação entre teoria e prática, bem como em instrumento de aproximação do aluno do ISESJT com a realidade local e regional.

As atividades configuradas como prática profissional deverá inserir o professor em formação no espaço educativo escolar e não-escolar, formais e não-formais, de forma a garantir a experiência didático-pedagógica em diferentes contextos profissionais durante todo o curso. Estas atividades deverão estabelecer condições para:

- I. O desenvolvimento de uma prática docente eficaz em diferentes espaços educativos;
- II. A reflexão crítica sobre o fazer pedagógico;
- III. A intervenção em instituições educativas, escolares e não escolares;
- IV. O estágio supervisionado de ensino;
- V. A realização de pesquisas que estudem a realidade educacional e apresentem propostas para a superação de distorções identificadas;
- VI. A produção de métodos de ensino e de materiais didáticos que tornem o aprendizado mais eficaz e prazeroso.

O estágio de prática profissional para os cursos de graduação do ISESJT será regulamentado por regimento próprio construído no âmbito do colegiado dos cursos, com a participação de alunos e professores na definição dos procedimentos e mecanismos de avaliação.

Crerios para Aproveitamento da Formaço e Experiências Anteriores

Na integralizaço curricular dos cursos de graduaço do ISESJT, a carga horária destinada às atividades de prática profissional poderá incluir conhecimentos adquiridos na experiênca docente que o aluno já tenha na especificidade de seu curso de formaço, em

valor definido em resolução específica do Conselho Nacional de Educação, quando houver. Isto significa que alunos que já exercem o magistério terão esta experiência aproveitada para integralização do currículo, constando estas experiências como práticas de estágio no campo profissional.

As experiências deverão ser comprovadas através de documento que descreva as atividades realizadas, o local e o período de realização, discriminado em semestres letivos e serão avaliados no colegiado de curso.

Princípios para a Avaliação

A avaliação nos cursos de formação de professores oferecidos pelo ISESJT é entendida como parte integrante do processo de formação, devendo diagnosticar questões relevantes, aferir os resultados alcançados considerando os objetivos propostos e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias. Nas diferentes ações de formação inicial e de formação continuada promovidas no ISESJT a avaliação será utilizada para verificar:

- I. A aprendizagem dos professores em formação, de modo a favorecer sua trajetória e a certificar as competências profissionais desenvolvidas por eles;
- II. A organização, as práticas e a dinâmica da formação oferecida, de modo a regular as ações dos formadores e do próprio Instituto.

As diferentes formas de avaliação a serem adotadas pelo ISESJT serão orientadas pelos seguintes princípios:

- I. Realização periódica e sistemática, com procedimentos diversificados que incluam os conteúdos trabalhados, a organização curricular, o desempenho dos docentes formadores e a qualidade da vinculação com as escolas de educação básica e as modalidades de ensino relativas às diferentes formações oferecidas;
- II. Uso de procedimentos internos e externos que possibilitem a identificação das diferentes dimensões das ações a serem avaliadas;
- III. Devem incidir sobre processos e resultados.

Haverá todo o empenho da IES na adoção de práticas institucionais que estimulem a melhoria do ensino, a capacitação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias educacionais. No cumprimento dessas diretrizes é fundamental a avaliação permanente dos currículos e do processo pedagógico mais amplo a ser desenvolvido pelo ISESJT.

Nesta perspectiva, o processo de avaliação institucional constitui o principal mecanismo para a definição dos indicadores a serem utilizados na tomada de decisões para a atualização curricular, a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, a instituição de programas de ação pedagógica e a articulação com a pesquisa e a extensão.

Os Pressupostos da Política de Ensino

A Política de Ensino do ISESJT se desenvolve segundo os seguintes pressupostos:

- I. Responsabilidade e compromisso social da instituição no processo de formação profissional daqueles que estarão inseridos em realidades extremamente dinâmicas e em constante mutação;
- II. Formação humanística que privilegie a sólida visão de homem, como sujeito participante de uma sociedade em construção;
- III. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- IV. A pesquisa como princípio educativo, entendendo que o desenvolvimento de uma postura investigativa do acadêmico seja primordial para a construção de sua autonomia intelectual, profissional e sua cidadania;
- V. Ser referência de qualidade acadêmica numa perspectiva de gestão institucional, democrática e participativa;
- VI. Interdisciplinaridade como condição para alcançar a proximidade com a unidade do saber, através de metodologias do trabalho pedagógico que recuperem a totalidade do pensamento.
- VII. Através da flexibilização de currículos e pluralização de formação, os cursos devem garantir sólida formação e ampliar os espaços e as oportunidades para o atendimento

de novas demandas de ensino e de conhecimento, permitindo ganhos qualitativos para o desenvolvimento da graduação.

3.3.2 Diretrizes para o Ensino de Graduação

O ensino de graduação no âmbito do ISESJT se desenvolverá levando em consideração as seguintes diretrizes:

- I. Elaboração e constante atualização dos projetos dos cursos de graduação em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional.
- II. Promoção de um ensino integrado à iniciação científica que se efetive na extensão.
- III. Qualificação e atualização pedagógica permanente dos docentes por meio do Programa de Qualificação Continuada.
- IV. Ampliação e melhoria da infraestrutura, em particular de laboratórios e da biblioteca e investimento em novas tecnologias.
- V. Flexibilização nas formas de acesso ao ensino superior e desenvolvimento de novas modalidades de ensino.
- VI. Avaliação institucional com base no Projeto Pedagógico da Instituição considerando seus princípios e seus objetivos.

Delimita-se como propósito institucional, a busca pela qualidade do ensino através da adoção de práticas institucionais que estimulem a melhoria do ensino, a capacitação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso de novas tecnologias educacionais. Nessa perspectiva, a política de ensino do ISESJT será operacionalizada com base nos seguintes objetivos e ações:

- I. Ampliar a oferta do ensino nos diversos níveis e modalidades atendendo aos arranjos produtivos locais;
- II. Implementar programas de educação continuada, nas diversas modalidades de ensino.

- III. Promover melhoria na qualidade do ensino através da implantação de diretrizes curriculares com base nos princípios da contextualização, da flexibilização curricular, e da integralização das ações de pesquisa e de extensão nos currículos;
- IV. Melhorar a estrutura acadêmica com vistas a garantir um melhor atendimento a estudantes e docentes;
- V. Consolidar o fortalecimento e ampliação dos grupos e núcleos de estudos interdisciplinares.

3.3.3 Políticas de Pesquisa

A pesquisa no ISESJT, associada ao ensino e à extensão, será estimulada permanentemente com vistas a concretizar os seguintes objetivos:

- I. Formar e aperfeiçoar o espírito científico do aluno;
- II. Estimular a produção do conhecimento pelo professor;
- III. Produzir conhecimento científico nas áreas dos cursos oferecidos;
- IV. Renovar e atualizar a informação, a técnica e a metodologia da aprendizagem;
- V. Contribuir para uma melhor análise e compreensão da realidade sócio-econômico-cultural e educacional nacional, com ênfase na de Floriano e do Piauí;
- VI. Fornecer subsídios teórico-práticos para os programas de extensão, para as atividades de estágio e para os projetos de intervenção técnico-profissional na realidade social piauiense e nordestina.

O ISESJT incentivará a pesquisa e a produção científica por todos os meios ao seu alcance, entre os quais se destacam:

- I. Capacitação de pessoal em cursos de pós-graduação;
- II. Apoio na execução de projetos que investiguem a realidade educacional local e apresentem propostas de intervenção voltadas para a melhoria do ensino na educação básica;

- III. Intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando contatos entre professores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- IV. Convênios com instituições nacionais, visando o desenvolvimento de programas interinstitucionais de investigação científica;
- V. Divulgação ampla dos resultados das pesquisas realizadas;
- VI. Promoção de simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos e de interesse da sociedade.

Os projetos de pesquisa científica apresentados por professores e alunos, devem ser apreciados pelo Colegiado de Curso quando não estiverem vinculados ao Programa de Iniciação Científica da IES. Quando aprovados, entrarão em execução e ficaram sujeitos às mesmas normas definidas para os projetos desenvolvidos em âmbito de iniciação científica, com apresentação semestral dos relatórios das atividades.

Os projetos de pesquisa poderão ser financiados pela Mantenedora, conforme seus custos e disponibilidade financeira, ou podem ser encaminhados para agências financiadoras externas locais e nacionais. Como parte da política de pesquisa, a IES desenvolverá Programa de Iniciação Científica, regulamentado por Resolução própria emitida pelo Conselho Superior, podendo oferecer bolsas de iniciação científica convertidas em desconto nas mensalidades do curso, como mecanismo de valorização do empenho do aluno que participa de projetos de pesquisa orientados por professores do ISESJT.

3.3.4 Políticas de Extensão

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a instituição de ensino superior e a sociedade. Configura-se como a extensão à sociedade dos conhecimentos produzidos na instituição de ensino e, em vista disso, implica no envolvimento da comunidade externa nas ações desenvolvidas.

A extensão no ISESJT articula-se com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação integrada e sistematizada desta IES com a sociedade. As ações de extensão

são desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos e eventos, com as seguintes características:

- I. Programa: plano para uma ação ampla que inclui um conjunto de projetos de caráter institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um propósito comum, que é a responsabilidade social do Instituto;
- II. Projeto: plano para ações processuais específicas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, vinculado ou não a um programa;
- III. Curso: conjunto articulado de ações pedagógicas, de caráter teórico e/ou prático, presenciais ou à distância, planejadas e organizadas de maneira sistemática, com carga horária definida e processo de avaliação formal;
- IV. Evento: ação de interesse técnico, social, científico, esportivo e artístico, desenvolvida na forma de Ciclo de Estudos, Conferência, Congresso, Debate, Encontro, Feira, Festival, Fórum, Jornada, Mesa Redonda, Palestra, Reunião, Simpósio, Seminário e atividades similares.

A operacionalização das ações de extensão compreende um conjunto de princípios operacionais, fundamentados nas diretrizes básicas definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária:

- I. Necessária e obrigatória articulação da extensão com o ensino e a pesquisa, de forma institucionalizada;
- II. Interdisciplinaridade e interprofissionalidade, como interação de modelos e conceitos complementares, de material analítico e de metodologias, buscando uma consistência teórica e operacional que estructure o trabalho dos profissionais;
- III. Relação bilateral com a comunidade externa, com troca de saberes e aplicação de metodologias participativas e, como consequência, a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade;
- IV. Atuação social articulada aos movimentos sociais, priorizando ações que visem o desenvolvimento regional e nacional e, especialmente, a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

V. Um processo de avaliação permanente.

No desenvolvimento das atividades de extensão devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- I. Programas e Projetos: a partir de uma ideia ou demanda da sociedade, o professor ou uma equipe elabora um programa ou projeto de extensão, submete-o ao Colegiado do Curso, executa-o, se aprovado, e apresenta os seus resultados através de relatório, que deverá ser divulgado amplamente;
- II. Cursos e Eventos: o professor ou coordenador de curso elabora uma proposta de curso ou de evento, submete-o ao Colegiado de Curso, executa-o, se aprovado, e apresenta os seus resultados através de relatório;
- III. As atividades de extensão devem constar do Plano Semestral de Trabalho das Coordenações de Curso, envolvendo alunos e professores e a comunidade;
- IV. As ações de extensão poderão se originar de iniciativa das Coordenações de Curso e dos professores, mas deverão se realizar de forma a garantir a articulação com o ensino e a pesquisa, bem como o desenvolvimento de projetos de caráter interdisciplinar.

3.3.5 Políticas de Gestão

A gestão estratégica do ISESJT está fundamentada na qualidade de seus serviços educacionais, na inovação de propostas e procedimentos, bem como no enfoque da oferta de cursos e serviços a partir da análise das demandas da sociedade. As diretrizes que norteiam a gestão estratégica da IES objetivam a construção de um trabalho coletivo, com participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

Tendo como referência a sua missão, objetivos e metas, o ISESJT pratica a gestão colegiada, priorizando as deliberações do Colegiado Superior e dos Colegiados de Curso, que se estruturam e funcionam em conformidade com o que estabelece o Regimento Geral da IES.

Estes colegiados funcionam regularmente com representatividade dos três segmentos da comunidade acadêmica: professores, técnico-administrativos e alunos.

A autonomia do ISESJT em relação à sua Mantenedora está na dimensão de tomada de decisões relativas à gestão administrativa e acadêmica. A gestão orçamentária e financeira compete à Mantenedora.

3.4 Temas transversais presentes

As atividades e ações relacionadas a pesquisa e iniciação científica, desenvolvimento tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente, fazem parte do rol de práticas de responsabilidade social da Instituição. Amplos o bastante para traduzir preocupações da sociedade brasileira, os Temas Transversais correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana. Nosso compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental.

Nessa perspectiva, é que serão incorporados às atividades acadêmicas temas transversais sobre questões como: o desenvolvimento tecnológico, artístico, de cultura e seus patrimônios, suas memórias e diversidades e do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, direitos humanos, ética e cidadania, direitos dos PNE's, relações étnico-raciais, dentre outros temas. Os objetivos e conteúdos dos Temas Transversais serão incorporados aos cursos existentes e no trabalho educativo da Instituição. Os temas serão discutidos sobre o aspecto das problemáticas sociais na IES e na Comunidade.

Planejamos a realização de eventos, ciclos de palestras, seminários, em parceria (ou não) com órgãos públicos, ONGs e outras organizações privadas. Planejamos a realização de feiras científicas, eventos culturais, entre outros que surgirão em conformidade com o envolvimento da IES com a comunidade e suas demandas abordando os temas.

3.4.1 Diretrizes Nacionais Para a Educação em Direitos Humanos

A sociedade contemporânea exige uma formação profissional ampla de todos os indivíduos independente do nível de formação. Quando se trata do ensino superior, é preciso ter em mente de que se trata de um período de formação de sujeitos que irão intervir diretamente na realidade que os circunda por meio da profissão escolhida. Assim, tendo em vista a realidade atual em que se prega o respeito ao outro, às diferenças de todas as ordens, faz-se necessário o empenho das mais diferentes áreas em prol da educação em direitos humanos, caracterizada pelo uso de práticas educativas fundadas nos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação dos Direitos Humanos na vida de cidadãos enquanto sujeitos dotados de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

O ISESJT trata a questão da Educação em Direitos Humanos de maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade. De forma transversal, permeia toda a prática educativa, exigindo de todo o corpo de profissionais da IES um trabalho sistemático, contínuo, abrangente e integrado no decorrer de todo o percurso formativo do aluno, de maneira que seus objetivos e conteúdos devam estar inseridos em diferentes momentos de disciplinas diversas, sendo trabalhados em uma e em outra, de diferentes modos. Na disciplinaridade, possibilita cursar disciplina obrigatória relacionada à temática dos Direitos Humanos.

O tema da Educação em Direitos Humanos recebe especial atenção da IES, desenvolvendo sua prática pedagógica de maneira integrada por meio de programas educacionais que se materializarão em práticas como:

- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos das Diretrizes Nacionais para a Educação dos Direitos Humanos;
- Estímulo às ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os diferentes segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública;
- Valorização da compreensão integrada dos direitos humanos em suas múltiplas e complexas relações;

- Inclusão de pessoas em condições de vulnerabilidade social nos programas de bolsas da IES;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática dos Direitos Humanos;
- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;
- Realização de palestras e cursos de extensão com a temática dos direitos humanos, na sua integralidade ou nos seus componentes como os direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, nas formas individuais, coletivas ou difusas.

3.4.2 Políticas de Educação Ambiental

A Educação Ambiental surge no cenário mundial como uma dimensão da educação necessária à formação de cidadãos conscientes da sua responsabilidade com o futuro da vida no planeta. Nesse sentido, deve ser vista como uma atividade intencional promovida em diferentes níveis do processo de escolarização que possibilita o desenvolvimento individual em sintonia com o meio ambiente e os outros seres humanos. Por meio da Educação Ambiental é possível promover a construção de valores sociais, habilidades, atitudes e competências voltadas para a sustentabilidade e, dessa forma, tomando o meio ambiente como um bem comum a todos os seres humanos. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina obrigatória relacionada à temática da Educação Ambiental.

Dada a especificidade e importância da Educação Ambiental no processo formativo dos indivíduos, deve ser trabalhada com enfoque humanístico, holístico, democrático e participativo. Desse modo, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, de maneira integrada aos programas educacionais desenvolvidos, que se materializará em ações práticas como:

- Inclusão do tema da Educação Ambiental e Sustentabilidade nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos da Instituição como forma subsidiária de tratá-los;
- Oferecimento de formação complementar na área da Educação Ambiental e Sustentabilidade para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental;
- Valorização da compreensão do meio ambiente integrado em suas múltiplas e complexas relações;
- Participação em grupos de estudos sobre a temática;
- Criação de campanhas de conscientização, tendo como público-alvo a comunidade interna e externa à IES;
- Produção e/ou divulgação de material educativo sobre a temática da Educação Ambiental e Sustentabilidade;
- Incorporação da temática, de forma integrada aos demais programas educacionais, campanhas publicitárias e outros eventos institucionais;
- A disponibilização de disciplina obrigatória que aborde temas sobre Educação Ambiental;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões pertinentes à temática ambiental, ao fortalecimento da cidadania, da autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

3.4.3 Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena

A realidade brasileira é plural em muitos aspectos, como resultado do processo de ocupação do território nacional. Assim, o povo brasileiro é formado a partir da interação entre diversas matrizes sociais e culturais, sobretudo a europeia e a africana. Desse modo, a educação das relações étnico-raciais responde a uma necessidade real de discutir e conscientizar a população para a promoção de atitudes, posturas e valores que eduquem

cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina obrigatória relacionada à temática em questão.

Por meio dessas práticas torna-se possível preparar o cidadão para a não propagação do preconceito da discriminação étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam o respeito aos direitos legais e valorização da identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. Nesse sentido, este tema transversal deverá receber da Instituição, na sua prática pedagógica, especial atenção, que se materializará em ações práticas como:

- Valorização da oralidade, corporeidade e da arte;
- Utilização das datas significativas para cada cultura como momentos de reflexão, discussão e promoção da educação das relações étnico-raciais;
- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;
- Oferecimento de formação complementar para os docentes da IES com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Inclusão dos temas transversais nos conteúdos de documentos normativos e no planejamento da Instituição;
- Oferecimento de formação complementar na área de atuação dos professores, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos do estudo das Relações Étnico-Raciais (nas quais estão incluídas questões indígenas), do Ensino de História da Cultura Afro-Brasileira e Indígena;
- Realização de palestras e cursos de extensão em que sejam tratadas questões voltadas para o diálogo com segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

3.4.4 Desenvolvimento Nacional Sustentável

A sustentabilidade é tema recorrente em todas as esferas da sociedade, tornando-se um assunto cada vez mais constante no cotidiano das pessoas. Preservar o meio ambiente é

premissa básica para a promoção do desenvolvimento sustentável. As práticas de sustentabilidade compreendem “ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional visando a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Gestão Acadêmica. De forma disciplinar, a IES possibilita cursar disciplina obrigatória relacionada à temática em questão.

Diante destas novas mudanças, a Instituição, ora em processo de Credenciamento Institucional perante o Ministério da Educação, assume sua responsabilidade como sujeito proativo na sociedade, tendo como diretrizes básicas para promoção da sustentabilidade, dentre outras:

- I. Promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito de sua atuação;
- II. Melhorar a qualidade dos gastos através da eliminação de desperdícios, dar preferência por materiais e matérias-primas de origem local e, através de inovações tecnológicas, prover a melhoria contínua da gestão dos processos acadêmicos;
- III. Incentivar a implementação de projetos de eficiência energética;
- IV. Estimular ações para o consumo racional dos recursos naturais;
- V. Gerir e destinar corretamente os resíduos de materiais pós-consumo;
- VI. Melhorar a qualidade de vida no ambiente acadêmico.

4 RESPONSABILIDADE SOCIAL

O ISESJT desenvolve a educação superior como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural, cultivando a solidariedade e o respeito às diferenças. Sua responsabilidade social se concretiza através de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região sob sua influência, à inclusão social, à defesa do meio ambiente, da memória, da produção artística e do patrimônio cultural. As ações realizadas nesta dimensão vinculam-se às políticas de ensino, pesquisa e extensão definidas no PDI.

No campo do desenvolvimento regional, o ISESJT, através de seus cursos de graduação, executará, de forma permanente, projetos em que alunos e professores desenvolvam estudos, pesquisas, diagnósticos e prestem atendimento às comunidades carentes de Floriano, com ações nas áreas de educação, cultura e direitos humanos.

O ISESJT também desenvolverá um programa que estimule o acesso e a permanência dos alunos através de descontos nas mensalidades, bolsas integrais, oferta de cursos de nivelamento para os ingressantes, rampas, estacionamentos e banheiros adaptados para pessoas com deficiências, entre outros. Ações de preservação do meio ambiente são realizadas através de palestras e campanhas educativas nas escolas de educação infantil e ensino fundamental. Também ações que cuidem da preservação da memória e do patrimônio cultural da cidade e região, utilizam as mesmas estratégias nas escolas.

A Instituição, com base nos princípios do respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas portadoras de deficiência como parte da diversidade humana, da autonomia individual, da igualdade de direitos e condições para o acesso e permanência na escola, da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, é sensível a necessidade de rompimento de todas as barreiras físicas, de comunicação e ideológicas hoje existentes na vida do portador de necessidades especiais e corrobora o estímulo à inserção destes ao convívio sócio acadêmico e de trabalho. Esta IES compromete-se a dispor e manter aos seus alunos, quais sejam, portadores de deficiência física, auditiva, visual, mental, com transtorno do espectro autista ou de deficiência múltipla, estrutura física e apoio pedagógico adequado para o seu melhor desenvolvimento dentro do âmbito de sua atuação acadêmica.

Além das regulamentações que operacionalizam as ações institucionais, as iniciativas de professores e estudantes são estimuladas, bem como são realizadas parcerias com instituições públicas e privadas para que o ISESJT fique próximo da sociedade e atenda suas demandas com presteza. Nesse sentido, as ações de responsabilidade social do ISESJT acontecerão prezando a contínua interação com a sociedade, bem como a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

5 COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A comunicação interna entre a comunidade acadêmica é viabilizada através de correspondência entre os setores, quadro de avisos nas áreas de circulação e página na internet do ISESJT. O uso de e-mail entre os diversos setores e seus integrantes constituirá importante mecanismo de comunicação, permitindo agilizar os processos de interação.

Para a comunidade externa, o sítio eletrônico da IES será o meio mais utilizado, mas há também divulgar-se-á os eventos e demais atividades por meio dos jornais de circulação local, outdoors, serviços de panfletagem, matérias em sítios eletrônicos de notícias locais e regionais, rádio e televisão.

A ouvidoria será implantada em 2012 e funcionará através de diferentes meios como, link disponibilizado no site da IES, urnas espalhadas pelos ambientes de circulação coletiva e contato pessoal com o ouvidor. A comunidade será estimulada a buscar informações, esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do ISESJT e dos cursos, apontar falhas, dar sugestões etc. Os registros serão analisados pela CPA, que fará os devidos encaminhamentos para que as providências cabíveis sejam tomadas, quando for o caso.

6 IMPLEMENTAÇÃO DO ISESJT E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

6.1 Cronograma de Desenvolvimento para o Período de Vigência do PDI

Nos quadros 1 e 2 apresentamos o cronograma de desenvolvimento e implementação de novos cursos no ISESJT, tendo em vista a consecução de seus objetivos e metas, bem como o atendimento às demandas da sociedade que a IES atende.

QUADRO 1: Programação de Abertura de Cursos de Graduação Presenciais

Nome do Curso	Modalidade	Vagas anuais	Turno(s)	Ano previsto para a solicitação
Serviço Social	Bacharelado	80	Manhã/Noite	2015
Administração	Bacharelado	80	Noite	2016
Enfermagem	Bacharelado	80	Integral	2016

QUADRO 2: Programação de Abertura de Cursos de Pós-graduação *lato sensu*

Área do curso	Nº de Alunos / turma	Nº de turmas	Turno(s)	Ano previsto para a realização
Educação	40	04	Integral	2012/ a 2016
Humanas	40	02	Integral	2015
Saúde	40	02	Integral	2016

6.2 Programação de Pesquisa

Os projetos de pesquisa são gerados nos cursos de graduação e pós-graduação, a partir das disciplinas curriculares, dos trabalhos de conclusão de curso e de demandas da sociedade. O Programa de Iniciação Científica é o canal principal de implementação de pesquisas, cujo objetivo é desenvolver a produção científica no ISESJT através da integração dos diferentes cursos de graduação oferecidos, com foco no aluno como pesquisador.

A Coordenação do curso é o setor responsável pela implementação da política de pesquisa, com ações voltadas para estimular os professores na elaboração e execução de

projetos de pesquisas, junto com os alunos, de modo a contemplar os propósitos de produção do conhecimento científico e de responsabilidade social do ISESJT. O acompanhamento da execução das pesquisas será realizado pela Coordenação de Curso a que o Professor Pesquisador estiver vinculado.

6.3 Plano para Atendimento às Diretrizes Pedagógicas

O ISESJT é uma instituição de ensino superior focada na oferta de cursos de graduação para formação de professores para a educação básica e perspectiva formar profissionais em outras áreas do conhecimento por meio da oferta planejada de bacharelados. De forma complementar oferece formação continuada para profissionais da educação. A articulação das atividades acadêmicas será feita diretamente pelo coordenador de curso de modo a envolver os professores indicados para as disciplinas e outras atividades curriculares.

Os projetos pedagógicos dos cursos a serem oferecidos pelo ISESJT serão implementados de modo a serem atendidos os critérios e padrões de qualidade exigidos pelo MEC para o corpo docente, a infraestrutura geral e específica, bem como quanto à organização didático-pedagógica. O ISESJT tem previstas como atividades acadêmicas complementares ao ensino, a pesquisa, a extensão, a monitoria e a prática profissional. O acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos e das atividades acadêmicas ocorrerão como parte do processo de avaliação institucional, cujas diretrizes integram o conjunto de documentos de apoio a este PDI.

Princípios Metodológicos

A metodologia de ensino desenvolvida pelo ISESJT tem como fundamento o modelo pedagógico do aprender fazendo em que o aluno seja familiarizado desde o início do curso com as questões próprias da sua futura área profissional. O foco de desenvolvimento deste modelo pedagógico é que o conhecimento acontece de forma dinâmica, com aulas na instituição e ensino e na comunidade. Assim, os alunos discutirão com seus professores as questões atuais do curso, como também os problemas encontrados nas comunidades da

periferia de Floriano, buscando nos conteúdos curriculares as explicações teóricas que respaldem as intervenções necessárias.

Para que se efetive o processo de ensino e aprendizagem no currículo baseado nesse modelo pedagógico, faz-se necessária a adoção da metodologia da problematização, base dos procedimentos de ensino utilizados pelos docentes do ISESJT. Através desta metodologia acredita-se que o aluno possa aprender a pensar criticamente, a desenvolver a capacidade de reconhecer a realidade e a se preparar como cidadão para uma ação transformadora da prática social.

Cada professor fará constar em seu plano de curso a metodologia de ensino a ser utilizada, em concordância o modelo pedagógico adotado pelo ISESJT, com a natureza da disciplina e sua finalidade na formação do aluno. Deverá ser enfatizada em todas as disciplinas curriculares, a articulação efetiva entre teoria e prática. Além disso, os professores serão incentivados a adotarem metodologias inovadoras, centradas no modelo do aprender fazendo e no método da problematização.

Processo de Avaliação

A avaliação da aprendizagem dos alunos deverá verificar a qualidade do aprendizado adquirido nos conteúdos curriculares desenvolvidos, tendo como parâmetro as competências e habilidades exigidas no perfil profissional de cada curso, de acordo com as Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Devem ser utilizadas metodologias e critérios específicos para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem, em consonância com o sistema de avaliação e a dinâmica curricular definidos pelo projeto de avaliação institucional do ISESJT. O processo de avaliação da aprendizagem será desenvolvido com base na concepção de avaliação que valorize as aprendizagens críticas e reflexivas, criativas, resultantes da interação entre a teoria e prática.

Compete ao professor da disciplina elaborar as avaliações, bem como julgar criteriosamente os seus resultados. As avaliações, realizadas no decorrer do semestre, visam à verificação progressiva do aproveitamento do aluno e podem constar de provas escritas e outros instrumentos que consigam avaliar as capacidades, habilidades específicas e atitudes

interpessoais, fundamentais para a construção do perfil profissional definido no perfil do egresso de cada curso.

Atividades de Prática Profissional, Complementares e de Estágios

No ISESJT os alunos são estimulados desde o início do seu curso de graduação a conviverem com a realidade de sua futura prática profissional. Nesta perspectiva, a maioria das disciplinas curriculares têm previsto em sua carga horária momentos de inserção na realidade do mundo do trabalho na área de atuação profissional, desde o primeiro semestre curricular.

A ênfase no desenvolvimento da habilidade de tomada de decisão é uma orientação a ser seguida pelos professores, visando o exercício da capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas. Os estágios curriculares de cada curso de graduação têm seus regulamentos específicos, definidos nos respectivos projetos pedagógicos de curso. Estes regulamentos são fundamentados nas diretrizes curriculares e legislação complementar específica.

Nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação são previstas horas para a realização de atividades curriculares complementares, que têm como finalidade propiciar aos alunos experiências extra sala de aula. Dentre as atividades previstas, que são integralizadas sob acompanhamento da Coordenação do Curso, estão: a participação em projetos e cursos de extensão; o exercício da monitoria; a condução de pesquisas de iniciação científica; a participação em eventos técnicos e científicos; estágios extracurriculares, entre outras atividades a serem definidas em Resolução própria emitida Conselho Superior.

6.4 Inovações Consideradas Significativas, Especialmente Quanto à Flexibilidade Dos Componentes Curriculares

A flexibilização curricular, no ISESJT, é compreendida como um organismo legal a fim de que cada IES possa atualizar suas atividades curriculares de modo ágil, permitindo maior diálogo entre as necessidades do campo de trabalho e a formação acadêmica dos seus

alunos. Nesse sentido, a flexibilização é uma possibilidade de caminho que promove a qualidade social para a prática pedagógica, contribuindo para o fortalecimento do bem comum do espaço público no interior e no exterior da faculdade.

Nessa perspectiva, compreende-se, portanto, o seu papel na concretização da formação de subjetividades dos sujeitos, marcando, nas diversas instâncias do currículo, a materialização do princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. Do ponto de vista da gestão, a flexibilização caracteriza-se como forte aliada na construção da identidade de cada curso, devendo este especificá-la e defini-la para melhor orientar na formulação do currículo.

Porém, é importante esclarecer que a flexibilização do currículo não se resume a mera reorganização de um conjunto de disciplinas. Acrescentam-se a esse processo as atividades complementares, a escolha coerente e intencional de cada conteúdo de cada atividade acadêmica, que reflete, em seu cerne, a flexibilização e, sobretudo, o desenvolvimento de ações pedagógicas distribuídas ao longo do curso, permitindo a interface real entre ensino, pesquisa e extensão.

Todos esses processos caminham na direção da formação de um curso que aproxime os sujeitos às suas experiências nas diversas possibilidades de trajetos permitidos dentro das relações intra e interinstitucionais. Desse modo, o papel do professor serve como elemento na condução dos sujeitos para melhor direção e diversificação na sua formação social e profissional.

A verticalidade e horizontalidade do currículo demarca o processo de flexibilização curricular. Nesta perspectiva, o ISESJT tem como propósito desenvolver uma proposta curricular que visa oferecer diversificação e maior autonomia tanto para os colegiados dos cursos quanto para os alunos. Essa ideia configura-se, sobretudo, numa diminuição da hierarquização e da estratificação do saber definida a partir do referencial proposto pelas DCN's.

A verticalidade encontra sua razão na compreensão temporal da formação dos educandos e na especificidade do conhecimento adquirido por eles. Divide-se em três núcleos: o núcleo de formação geral, o núcleo específico e o núcleo de formação complementar. O primeiro núcleo, de formação geral, refere-se aos conhecimentos e atividades acadêmicas relacionadas aos temas presentes nas disciplinas de caráter propedêutico. O núcleo específico,

refere-se às atividades acadêmicas que têm a função de possibilitar ao aluno os aspectos gerais e fundamentais do campo do saber de sua formação. O núcleo de formação complementar refere-se aos temas abordados nas disciplinas optativas e às diversas atividades acadêmicas, relacionadas aos eixos integradores definidos na matriz curricular do curso. Estes eixos possibilitam uma formação teórica e prática do futuro profissional a partir do desenvolvimento de projetos interdisciplinares realizados durante o semestre letivo.

O princípio que norteia a flexibilização horizontal é o de possibilitar ao aluno o aproveitamento de atividades acadêmicas de cunho complementar e alternativa. Nos cursos oferecidos pelo ISESJT, essa flexibilização curricular será implementada através do aproveitamento de créditos já cursados pelos alunos, bem como através da realização de diversas atividades acadêmicas que serão desenvolvidas pelo aluno em sua permanência durante o curso. Estas atividades serão realizadas em contextos diversificados tanto no campo acadêmico quanto no campo profissional.

Nesta direção, reforçando o caráter de diversidade e de flexibilidade na formação do aluno, a flexibilização horizontal apresenta-se como mais um dos aspectos no currículo que atende aos interesses e desejos dos alunos no processo de sua formação.

Porém, para a implementação dessas atividades no currículo, necessita-se, primeiro da autorização prévia do colegiado e, em segunda instância, que tais atividades estejam amparadas por um processo de avaliação institucional. Dentre várias atividades acadêmicas, serão consideradas atividades acadêmicas que podem participar do processo de inclusão curricular na formação dos alunos, a saber:

- I. Disciplina;
- II. Seminários;
- III. Participação em eventos;
- IV. Discussões temáticas;
- V. Atividade acadêmica à distância;
- VI. Iniciação à pesquisa e docência;
- VII. Vivência profissional complementar;
- VIII. Estágio extracurricular.

6.5 Oportunidades Diferenciadas de Integralização dos Cursos

A dinâmica de integralização dos cursos é estabelecida no projeto pedagógico de cada curso, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais. Os parâmetros de integralização curricular comuns a todos os cursos de graduação são: aprovação em todas as disciplinas curriculares, cumprimento da carga horária estabelecida para as atividades complementares, aprovação no estágio curricular supervisionado e no trabalho de conclusão de curso.

O aluno pode diminuir o tempo de integralização de seu curso de graduação quando optar pelo exame de extraordinário desempenho, mecanismo previsto no Regimento Geral do ISESJT, com fundamento no artigo 47, § 2º, da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Os alunos que demonstrarem extraordinário aproveitamento nos estudos, verificado através de exames especificamente planejados para este fim, poderão ter abreviada a duração de seu curso, colando o devido grau em um tempo inferior ao mínimo estabelecido na estrutura curricular de seu curso de graduação.

O extraordinário aproveitamento caracteriza-se pela valorização, para efeito de dispensa de disciplina, da formação e experiências anteriores, inclusive experiências de trabalho e de práticas sociais, cujo aprendizado mostre que o aluno já detém o domínio dos conteúdos essenciais de disciplinas constantes na matriz curricular do curso em que está matriculado regularmente. Os exames devem avaliar conteúdos teóricos e práticos, de acordo com a natureza da disciplina cujo aproveitamento tenha sido requerido pelo aluno para avaliação em caráter extraordinário.

6.6 Avanços Tecnológicos

Não há dúvida de que as novas tecnologias de informação e comunicação têm se constituído não só em um fator determinante das relações sociais construídas nas novas coletividades virtuais ou cibernéticas como correios eletrônicos, chats, listas de discussões, teleconferências, videoconferência, mas em fatores que contribuem para

formar coletividades do ciberespaço. O que caracteriza essas coletividades são as possibilidades de produção de conhecimento que o ambiente virtual propicia.

Nessa lógica de valorização da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o ISESJT pretende adequar-se às novas exigências econômicas e socioeducativas da sociedade contemporânea, tais como: maior complexidade, mais tecnologia, compreensão das relações espaço/tempo, trabalho comprometido, maior mobilidade, exigência de um trabalhador multicompetente, multiqualificado, capaz de gerir situações de grupo e de resolver situações novas na construção de um processo de ensino-aprendizagem que promova um profissional mais informado, mais autônomo.

Nessa perspectiva, o ISESJT, visando garantir, inclusive o cumprimento do Termo de Compromisso em relação a implementação de ações que valorizem a utilização de recursos e metodologias adotadas pela educação a distância, através da utilização de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), buscará a implantação de um sistema de suporte às atividades desenvolvidas no processo ensino aprendizagem capazes de promover transformações no processo educativo.

A utilização de suportes tecnológicos no processo ensino aprendizagem, com base nas TIC's, oportuniza o rompimento com a ideia tradicional de ensino, levando o docente a pensar novas formas de ensino-aprendizagem, nas quais se ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, para uma construção do conhecimento realizada de forma compartilhada e coletiva, num processo de cooperação, utilizando-se dos recursos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem como possibilidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa e também significativa. Nesse sentido, torna-se de vital importância o investimento na formação continuada de docentes e técnicos administrativos da IES.

Posteriormente, de forma sistemática e a partir da finalização do processo de reconhecimento de seus cursos, o ISESJT pretende implantar o percentual de 20% da carga-horária dos cursos com atividades mediadas pela tecnologia (ambientes virtuais), adequando o currículo às tendências atuais do ensino, com base na Portaria nº. 4.059 de 10/12/2004.

6.7 Organização Didático-Pedagógica

O regime acadêmico adotado no ISESJT é o seriado semestral. O ano letivo tem, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo, organizados em cada semestre letivo pelo Calendário Acadêmico.

A carga horária dos componentes curriculares dos cursos de graduação, e seu correspondente desenvolvimento nas aulas e outras atividades, está dimensionada de acordo com o que estabelece a Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

O processo seletivo é semestral para entrada de metade das vagas autorizadas pelo MEC, constando de provas escrita objetiva de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Geografia e Redação. O resultado obtido através da Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também poderá ser adotado como critério para novos ingressantes.

A matriz curricular dos cursos está organizada por semestre e apresenta os componentes curriculares que concretizam o desdobramento das áreas de conhecimento em conteúdos essenciais, definidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As disciplinas estão estruturadas de forma a terem em seu desenvolvimento horas teóricas e práticas, que deverão estar articuladas com as atividades de pesquisa e extensão, realizadas desde o primeiro semestre do curso, sob orientação dos professores.

Como mecanismos de flexibilização curricular estão inseridas as s atividades complementares, que atuam como ações integradoras do conhecimento dentro e fora do ambiente acadêmico, e incluem a monitoria, projetos de iniciação científica, projetos de extensão, participação em eventos científicos e culturais e atividades outras que estimulam o aluno a buscar estudos e práticas independentes, voltadas para a complementação de sua formação profissional.

As turmas são organizadas e dimensionadas respeitando o caráter das aulas (teórico, teórico-prático, práticas em laboratório, práticas de campo e estágio) e o espaço físico de execução das mesmas. Ressalta-se que as aulas teóricas buscam respeitar o limite de 50 (cinquenta) alunos por sala.

Para conclusão do Curso é exigida a aprovação em todas as disciplinas teórico-práticas, no estágio curricular supervisionado e no trabalho de conclusão de curso, bem como o cumprimento das atividades complementares, ocorrendo a integralização da carga horária total do Curso, de acordo com o estabelecido na respectiva matriz curricular.

7 CORPO DOCENTE

O corpo docente do ISESJT está estruturado de conformidade com o que estabelece o Plano de Carreira Docente (PCD). De acordo com este documento são competências do corpo docente:

- I. Elaborar o Plano de Ensino, Pesquisa e Extensão das disciplinas de que é responsável;
- II. Supervisionar e coordenar a execução das atividades sob sua responsabilidade;
- III. Rever ou reelaborar mensalmente, o Plano de Ensino, Pesquisa e Extensão das disciplinas de que é responsável;
- IV. Adotar medidas que signifiquem aprimoramento e melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V. Ministrar aulas considerando a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VI. Apresentar projetos de pesquisa e extensão, de forma indissociada das atividades de ensino;
- VII. Exercer outras atribuições inerentes às suas competências ou determinadas pelos órgãos ou autoridades superiores, de acordo com este Plano de Carreira Docente, no âmbito de sua atuação;
- VIII. Manter e zelar pela disciplina do corpo docente, no exercício de suas funções;
- IX. Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento acadêmico, julgar e registrar os resultados apresentados pelos alunos, nos termos das normas aprovadas e da Legislação;
- X. Entregar à Coordenação de Curso os resultados das avaliações do aproveitamento acadêmico e demais trabalhos escolares, nos prazos fixados;
- XI. Observar e fazer cumprir o regime disciplinar da Instituição;
- XII. Participar de Reuniões e trabalhos dos Órgãos Colegiados a que pertence e de Comissões para as quais for designado;
- XIII. Cumprir e fazer cumprir o presente Plano de Carreira Docente, o Regimento da Mantida bem como a legislação em vigor.

A carreira docente do ISESJT será regida pelas leis trabalhistas, pelo Estatuto da Mantenedora, pelo Regimento da IES e pelo PCD. O cargo de Professor tem quatro categorias, que configuram a carreira docente, que estão assim definidas:

- I. Professor Titular, para os portadores do título de Doutor(a);
- II. Professor Adjunto, para os portadores do título de Mestre(a);
- III. Professor Assistente, para os portadores do título de Especialista.

A qualificação básica para qualquer categoria docente é demonstrada pela posse do diploma ou certificado exigido, desde que expedido por IES reconhecida pelo Ministério da Educação ou, quando expedido por instituição estrangeira, devidamente revalidado por IES nacional habilitada para tal.

A título eventual e por tempo determinado, o ISESJT poderá dispor de professores substitutos, para suprirem as faltas temporárias de docentes integrantes da carreira. A promoção na carreira docente ocorre pela progressão funcional e salarial. Progressão funcional é a elevação do professor de uma categoria para outra. A progressão da tabela de salários dos docentes é estruturada tomando como base o nível anterior do cargo, aplicando-se o percentual de 3% (três por cento) entre os níveis salariais.

A progressão salarial será concedida, por tempo de serviço e por avaliação de desempenho. A progressão salarial ocorre através de processo avaliativo, ao qual o professor se submete voluntariamente, de acordo com as normas do PCD. Constituem direitos e vantagens do professor:

- I. Diárias;
- II. Ajuda de custo;
- III. Adicional de insalubridade e/ou periculosidade de acordo com a legislação vigente;
- IV. Pró-labore.
- V. Reconhecimento como competente em sua área de atuação;
- VI. Acesso ao seu aprimoramento profissional;
- VII. Infraestrutura adequada ao exercício profissional;

VIII. Salário compatível com sua qualificação.

Os vencimentos dos integrantes da Carreira Docente serão fixados tendo como referência o vencimento de Professor Assistente, portador do título de Especialista, em regime de trabalho de horas trabalhadas. Os vencimentos das demais classes docentes serão determinados mediante a variação dos valores fixados para a classe de Professor Assistente.

Os regimes de trabalhos são assim de e regime de trabalho pelo PCD: regime de TP - Tempo Parcial, de 12 (doze) a 20 (vinte) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em sala de aula que requeiram no máximo 75% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso; regime TI - Tempo Integral, com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, devendo o professor assumir tarefas em salas de aula, que requeiram no máximo 50% do tempo contratual. Podem encaixar-se neste regime, diretores, coordenadores de curso e professores contratados para atividades docentes, administrativas e em projetos de qualquer curso; regime TH – Tempo Hora, Professores contratados apenas para atividades docentes conforme as necessidades dos cursos mantidos pela Mantida.

7.1 Incentivos Profissionais

O PCD do ISESJT define um conjunto de medidas de apoio e incentivo para que seus professores se atualizem ou se qualifiquem. Além dos casos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, poderá ocorrer o afastamento do ocupante de cargo do Magistério, com direitos e vantagens estabelecidos neste Plano de Carreira Docente, para:

- I. Aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras e comparecer a congressos e reuniões, relacionados à sua atividade técnica ou docente na Mantida.
- II. Exercer cargos administrativos na Mantida.

O pedido de afastamento deverá ser encaminhado por meio da Coordenação competente, em requerimento dirigido ao Diretor Geral, com a exposição de motivos e a programação a que se destina. O Docente somente poderá afastar-se ou permanecer afastado, para a realização de Curso de Aperfeiçoamento na área específica ou afim à disciplina que

leciona ou em atividades de interesse do Curso, mediante proposta da Coordenação respectiva, após pronunciamento do Conselho Pedagógico e com posterior análise do Diretor Geral, cabendo a este a decisão final, após o que deverá expedir a Portaria competente no caso de deferimento.

Os docentes licenciados deverão firmar antecipadamente o compromisso de lecionar ou prestar serviços técnicos à Mantida, no mínimo, por tempo idêntico ao do afastamento, sob o mesmo regime de trabalho, sob pena de reembolso das importâncias recebidas da Mantenedora acrescidas de atualização monetária. Durante o período do Curso ou estágio e ao final do mesmo, fica o docente obrigado a remeter à Coordenação no qual está lotado relatório semestral das atividades, com visto do Coordenador do Curso, bem como a comprovação de frequência mensal emitida pela Instituição.

8 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O ISESJT tem o seu Plano de Carreira, Cargos e Salários do Pessoal Técnico-Administrativo (PCTA), que regulamenta a carreira, o regime de trabalho e a remuneração dessa categoria de pessoal. De acordo com esse PCTA, o pessoal técnico-administrativo desempenha atividades técnicas especializadas, de apoio técnico, administrativas e operacionais, bem como de serviços auxiliares de apoio, de modo a assegurar as condições necessárias para o bom funcionamento do Instituto.

São atividades técnico-administrativas:

- I. As atividades especializadas, para cujo exercício é exigida a formação de nível superior;
- II. As atividades para cujo exercício é exigida a formação técnica em nível médio, com experiência comprovada e conhecimentos específicos, de acordo com a função a ser exercida;
- III. As atividades administrativas e de apoio operacional, para cujo exercício é exigida a formação escolar do ensino médio ou fundamental;
- IV. As atividades de serviços auxiliares de apoio, para cujo exercício é exigida somente o ensino fundamental.

O PCTA estabelece ainda que os funcionários técnico-administrativos sejam submetidos a um regime de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, podendo obter progressão funcional e vertical. A progressão vertical é a passagem do membro do pessoal técnico-administrativo de um nível para outro, em virtude de habilitação específica adquirida mediante conclusão de curso que implique em aumento da titulação acadêmica do funcionário. A mudança de nível implica em aumento de 5% (cinco por cento) para conclusão de curso superior de graduação, 10% (dez por cento) para conclusão de curso de Especialização, 15% (quinze por cento) para conclusão de curso de Mestrado, 25% (vinte e cinco por cento) para conclusão de curso de Doutorado, todos reconhecidos pelo Ministério da Educação ou revalidados em instituição nacional quando obtido em outros países.

A progressão horizontal caracteriza-se pela mudança da referência de enquadramento do funcionário (A, B, C, D, E e F), que ocorrerá a cada quinquênio de efetivo trabalho na instituição. Ao passar da referência inicial “A” para qualquer das outras referências indicadas pelas letras “B, C, D, E e F”, o membro do pessoal técnico-administrativo terá seu vencimento acrescido de 2% (dois por cento), 4% (quatro por cento), 6% (seis por cento), 8% (oito por cento) e 10% (dez por cento) respectivamente, calculado sobre o valor da referência “A”.

8.1 Critérios de Seleção e Contratação

A política de contratação do pessoal técnico-administrativo estabelece que, detectada a necessidade de pessoal pela Diretoria e Coordenadorias de Curso, é feita seleção por análise de currículo, seguida de entrevista. Para funções que requerem habilidades específicas como digitação, mecanografia, serviços elétricos, serviços de informática, manuseio de materiais específicos etc. é solicitada a comprovação de experiência e certificado de curso técnico específico. Efetivada a contratação, todos passam por um período de experiência de 3 (três) meses, após o qual, se demonstrarem desempenho satisfatório, serão contratados em caráter definitivo de acordo com as normas da CLT.

8.2 Políticas de Qualificação

O PCTA prevê um conjunto de ações de apoio e incentivo para que seus colaboradores se atualizem ou se qualifiquem sem prejuízo de seus direitos trabalhistas. Na perspectiva do incentivo à qualificação, o PCTA prevê uma Gratificação de Incentivo Funcional (GIF), a ser concedida mediante comprovação de conclusão de curso com programas voltados para o aprimoramento profissional, ministrados por esta Instituição ou por outras IES devidamente credenciadas e em cursos devidamente autorizados e/ou reconhecidos.

9 CORPO DISCENTE

Os alunos do ISESJT serão admitidos através de processo seletivo semestral, que constará de provas escrita objetiva de Língua Portuguesa, Língua Inglesa, História, Geografia e Redação. O resultado obtido através da Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) também poderá ser adotado como critério para novos ingressantes.

O ISESJT terá duas categorias de alunos: o regular; e o especial. O aluno regular é aquele admitido através de processo seletivo aberto à comunidade, destinado ao ingresso em curso de graduação. Aluno especial é aquele admitido para cursar disciplinas isoladas nos cursos de graduação e pós-graduação.

A participação dos alunos do ISESJT nas atividades acadêmicas ocorrerá através de vários mecanismos, dentre os quais destacam-se os programas de extensão, a monitoria e a iniciação científica.

Os programas de extensão universitária têm a finalidade de propiciar uma articulação dinâmica do estudante com a realidade cultural e socioeconômica e do mundo do trabalho, de modo a integrar as atividades acadêmicas dos cursos de formação de professores à sociedade. O ISESJT tem um plano de extensão delineado que estabelece formas de participação dos estudantes nas atividades de forma a divulgar para a sociedade a produção acadêmica dos cursos, bem como trazer a comunidade para dentro da IES.

O programa de iniciação científica objetiva estimular o estudante para a prática da investigação científica, de modo que pesquisas sejam conduzidas de forma integrada com o ensino e resultem em uma formação profissional de qualidade. Este programa tem regulamentação específica em que estão estabelecidas as formas de participação dos estudantes, a instituição de bolsas de pesquisa e outras ações pertinentes.

A monitoria é a atividade que incentiva o aluno para a docência no âmbito do próprio curso de formação, por meio de realização de atividades orientadas pelo professor da disciplina objeto da monitoria. Dessa forma, além de possibilitar a experiência docente aos alunos, estabelece-se uma ponte de contato entre alunos de semestres mais e menos avançados no curso.

O ISESJT, dentro das políticas de incentivo à pesquisa e à extensão, tem previsto vários mecanismos de inserção dos estudantes de todos os cursos de graduação no desenvolvimento destas atividades. Entre estes, destaca-se a participação em projetos conduzidos por docentes, a participação em eventos locais e regionais, em programas de iniciativa de setores governamentais e não governamentais.

No que se refere à iniciação científica, esta atividade tem a finalidade de estimular o espírito científico no corpo discente, possibilitando a produção do conhecimento e incentivando o trabalho de pesquisa como instrumental técnico-profissional. O aluno que realizar Iniciação Científica desenvolverá atividades relacionadas com pesquisa na área do curso no qual está vinculado, prioritariamente, ou áreas afins, podendo receber uma bolsa de pesquisa, convertida em desconto nas mensalidades.

Ainda como atividades de atenção aos discentes o ISESJT tem proposto o Programa de Monitoria, que tem como objetivos propiciar ao aluno oportunidades para participar de projetos que estimulem o aprofundamento de conhecimento, em áreas específicas dos cursos de graduação; estimular o aluno, como colaborador do corpo docente, a desenvolver formas de pensamento e de conduta voltadas à produção técnico-científica; colaborar com os professores para o desenvolvimento das atividades técnico-científicas; e promover a cooperação acadêmica entre discentes e docentes.

No que se refere às bolsas de estudo e financiamentos, além daquelas já concedidas pela IES, o ISESJT pretende credenciar-se junto ao FIES e ao ProUni na medida em que a demanda for necessária e ao passo que os critérios para tal sejam atingidos, após as avaliações do Ministério da Educação.

A IES facilita o acesso à Biblioteca, mantendo o acervo informatizado e disponibilizado para consultas e empréstimos, funcionando nos turnos diurno e noturno. O acesso ao Laboratório de Informática e aos recursos da Núcleo de Tecnologia da Informação é facilitado através da organização de um controle de utilização para coordenadores de curso, alunos e professores. O laboratório funcionará no período das aulas e aos sábados quinzenalmente, segundo calendário acadêmico.

9.1 Estímulos à Permanência

Com vistas a estimular a permanência do aluno no seu curso de graduação são realizadas atividades, tais como: cursos de nivelamento para alunos ingressantes; monitores estudando com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; atividades culturais e de lazer que motivem o aluno a ficar o maior tempo possível no ambiente do Instituto; atenção especial com alunos que apresentam dificuldades para pagar as mensalidades, com negociação diferenciada de eventuais débitos, atendimento psicopedagógico, bolsas de estudos, dentre outras eventuais medidas que venham a ser adotadas.

9.2 Organização Estudantil

A organização estudantil no ISESJT ocorre através do Centro Acadêmico (CA) de cada curso de graduação. A organização dessas entidades se dá na forma de estatuto elaborado pelos próprios estudantes, de acordo com normas estabelecidas para este tipo de agremiação.

9.3 Acompanhamento dos Egressos

O ISESJT deverá ter um Programa de Acompanhamento de Egressos que, através das informações dos graduados, possibilitará uma avaliação do desempenho da Instituição como formadora de profissionais de nível superior. Através desse Programa o Instituto quer manter um contato permanente com os seus egressos, gerando informações sobre sua inserção no mundo do trabalho, identificando suas vivências e dificuldades profissionais. Ao mesmo tempo, o Programa pretende ser um mecanismo de intercâmbio e de formação continuada dos profissionais graduados pelo ISESJT.

A concepção metodológica do Programa é baseada na comunicação permanente entre o ISESJT e seus egressos, viabilizada através de mecanismos como mala direta, telefonemas, e-mail e contatos presenciais no âmbito da Instituição. O site do Instituto funcionará como o principal canal de informação e divulgação de atividades para os egressos. Na operacionalização do Programa serão adotados sistematicamente os seguintes procedimentos:

- I. Manutenção de registros atualizados dos egressos com dados de identificação pessoal, situação profissional e formação continuada;
- II. Atualização do link do Programa no site do Instituto, buscando ter sempre informações do curso e sobre a profissão;
- III. Encaminhamento de questionário de avaliação dentro do processo de avaliação institucional do Instituto;
- IV. Realização de atividade comemorativa, para egressos que se destaquem em suas atividades profissionais;
- V. Divulgação da inserção dos egressos no mercado de trabalho;
- VI. Divulgação para os egressos dos eventos promovidos pelo Instituto, convidando-os a participarem;
- VII. Análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados sobre os egressos, possibilitando o aperfeiçoamento das ações programadas;
- VIII. Promoção de atividades de formação continuada para os egressos, como cursos, seminários e palestras;
- IX. Promoção de atividades culturais e esportivas que objetivem a integração dos egressos com a comunidade acadêmica do instituto.

10 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

10.1 Estrutura Organizacional

De acordo com o Regimento Geral do ISESJT sua estrutura organizacional está definida nos seguintes órgãos e setores:

I - Órgãos da Administração Superior:

- a) Conselho Superior;
- b) Diretoria Geral;
- c) Conselho Pedagógico;

II - Órgãos da Administração Básica:

- a) Colegiado de Curso;
- b) Coordenação de Curso;
- c) Centro Acadêmico;
- d) Comissão Própria de Avaliação - CPA;
- e) Núcleos Docentes Estruturantes - NDE.

III - Órgãos de Apoio Suplementares:

- a) Secretária Geral;
- b) Tesouraria;
- c) Biblioteca.

10.2 Órgãos da Administração Básica

A Diretoria é o órgão executivo superior que coordena e fiscaliza todas as atividades do ISESJT. Será exercida pelo Diretor. Compete ao Diretor geral do ISESJT:

- I. Administrar a Instituição e tomar as providências necessárias para o desenvolvimento das suas atividades de acordo com os requisitos legais, regulamentações pertinentes, princípios norteadores e de qualidade propostos;

- II. Elaborar o Regimento Geral da Instituição, submetê-lo à aprovação do Conselho Superior e decidir sobre sua alteração;
- III. Cumprir e fazer cumprir decisões dos Conselhos;
- IV. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Superior o plano anual de atividades e a proposta orçamentária da Instituição;
- V. Elaborar e submeter à aprovação do Conselho Superior o relatório anual de atividades e o balanço financeiro da Instituição;
- VI. Reavaliar o Plano de Desenvolvimento Institucional, submetê-lo à aprovação do Conselho Superior e executá-lo;
- VII. Acompanhar e analisar os resultados do sistema de avaliação do desempenho institucional (CPA), tomando providências que venham a ser indicadas para a melhoria dos serviços prestados;
- VIII. Aprovar assuntos pedagógicos e de vida escolar da instituição, inclusive propor o calendário escolar;
- IX. Zelar pelo bom funcionamento geral da Instituição;
- X. Responder pelas atividades e administração da Instituição perante a Mantenedora, bem como perante pessoas e instituições públicas e privadas;
- XI. Conferir graus, diplomas, certificados e títulos referentes aos cursos e programas da Instituição;
- XII. Convocar e presidir reuniões dos Conselhos;
- XIII. Designar o Coordenador de Curso;
- XIV. Atender as solicitações e exigências do sistema de ensino;
- XV. Propor à Mantenedora a contratação e a dispensa de pessoal docente e técnico-administrativo;
- XVI. Aprovar, quando for o caso, a criação de cursos de graduação e pós-graduação;
- XVII. Estabelecer normas complementares a este Regimento Geral para o adequado funcionamento da instituição;
- XVIII. Decidir sobre casos omissos neste Regimento Geral;
- XIX. Exercer as demais atribuições conferidas por lei e por este Regimento Geral.

A Coordenação de Curso é exercida por 1 (um) coordenador de curso designado pelo Diretor Geral, sendo o órgão da administração básica, responsável pelo planejamento, supervisão, coordenação, execução, fiscalização e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do referido curso. Compete ao Coordenador de Curso:

- I. Coordenar as atividades didáticas e de planejamento do Curso;
- II. Submeter para apreciação do Colegiado de Curso a regulamentação do estágio curricular, bem como do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;
- III. Acompanhar e supervisionar a execução dos planos de ensino das disciplinas e propor ao Colegiado as respectivas alterações;
- IV. Colaborar na aplicação, no âmbito do Curso, do sistema de avaliação do desempenho institucional;
- V. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- VI. Fomentar a interdisciplinaridade curricular;
- VII. Propor ao Diretor Geral a aquisição de obras de interesse do Curso;
- VIII. Assessorar a Diretoria Geral em assuntos referentes ao Curso;
- IX. Revisar os diários, planos de ensino e vista-los antes de encaminhá-los à secretaria acadêmica;
- X. Elaboração dos respectivos horários de aula;
- XI. Indicar a contratação de professores;
- XII. Exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria ou pelo Colegiado.

O Centro Acadêmico é o órgão representativo do corpo discente, sua composição e atuação é normatizada por documento próprio que deve ser aprovado pelos acadêmicos e Direção Geral.

A instituição da Comissão Própria de Avaliação interna atende as determinações do artigo 11, inciso I e II, da lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 (Lei regulamentada pela Portaria Ministerial nº 2.051 de 19/07/04), e sua composição e atuação é regulamentada e aprovada pela Diretoria Geral e Conselho Superior.

Em cumprimento à Resolução 01, de 17 de julho de 2007, instituída pela Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES), esta Instituição tem como um de seus órgãos consultivos o Núcleo Docente Estruturante. Art. 28. A composição do NDE de cada curso

obedece ao disposto na Resolução CONAES 01/2010, sendo considerado também como membro o coordenador de curso. Assim, o NDE é composto pelo coordenador do curso e por mais quatro professores que façam parte do corpo docente do respectivo curso. A escolha dos professores membros é feita pela coordenação de curso, submetida à aprovação do Colegiado do respectivo curso. Por sua natureza consultiva, o NDE está submetido à apreciação do Colegiado de Curso e ao Conselho Superior.

São atribuições de cada Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

- I. Elaborar e manter atualizado o Projeto Pedagógico do Curso;
- II. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

10.3 Órgãos Colegiados

Os órgãos colegiados do ISESJT são o Conselho Superior, o Conselho Pedagógico e os Colegiados de Curso. O Conselho Superior é o órgão deliberativo e normativo máximo de natureza administrativa, jurisdicional e de planejamento educacional do ISESJT, que supervisiona, orienta e coordena as atividades de ensino, pesquisa e extensão em todo o Instituto. Compõem o Conselho Superior: o Diretor da Instituição, que o preside; os Coordenadores de curso; 1 (um) representante dos professores escolhidos por seus pares; 1 (um) representante discente; e 1 (um) representante da mantenedora.

Compete ao Colegiado Superior:

- I. No primeiro trimestre, aprovar o relatório anual de atividades e o balanço financeiro da Instituição, referentes ao ano anterior, elaborados pela Diretoria;
- II. Aprovar, até o final de dezembro, o plano anual de atividades e a proposta orçamentária da Instituição, referentes ao ano seguinte, elaborados pela Diretoria;

- III. Aprovar o Regimento Geral da Instituição, elaborado pela Diretoria;
- IV. Estabelecer a Política de Desenvolvimento Institucional, mediante aprovação de proposta apresentada pela Diretoria, e supervisionar sua execução;
- V. Aprovar o sistema de avaliação do desenvolvimento institucional e supervisionar sua aplicação;
- VI. Estabelecer normas e supervisionar as atividades de ensino e pesquisa da Instituição;
- VII. Aprovar projetos pedagógicos;
- VIII. Julgar recursos contra decisões do Coordenador de Curso e do Colegiado de Cursos;
- IX. Julgar ou deliberar sobre a concessão de títulos honoríficos;
- X. Julgar ou deliberar sobre as representações e recursos de professores e alunos;
- XI. Exercer, no âmbito do ISESJT, o poder disciplinar, originariamente ou em grau de recurso disciplinar, deliberando sobre a aplicação de sanções e, privativamente, a penalidade máxima;
- XII. Decidir sobre outros assuntos colocados em pauta por seu Presidente, respeitadas as atribuições estabelecidas pelo Regimento Geral.

O Conselho Pedagógico (CONPED) é o órgão consultivo, deliberativo, de coordenação didático-pedagógica dos cursos e de assessoria, compete supervisionar as atividades didáticas e pedagógicas dos Cursos e Programas afetos à Instituição. Compõem o CONPED: o Diretor Geral, seu Presidente; os Coordenadores de cursos efetivamente em funcionamento; 1 (um) professor indicados por curso, na forma da lei; 1 (um) representante do corpo discente indicado na forma da lei; pelo Secretário Geral, como secretário do órgão.

São competências do CONPED:

- I. Deliberar sobre providências destinadas a resolver questões relativas ao corpo docente e recursos discentes;
- II. Emitir parecer sobre questões de ordem disciplinar;
- III. Opinar, sobre o plano geral dos trabalhos da Instituição e dos planos curriculares e suas possíveis alterações;
- IV. Sugerir nomes para as comissões de estudos, pesquisa e publicações;

- V. Dar parecer sobre a realização de cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, aprovando os planos propostos pela Coordenação específica, elaborada de acordo com as normas gerais estabelecidas na legislação;
- VI. Dar parecer sobre assuntos de ordem didática que devam ser encaminhadas à deliberação da Diretoria Geral da Instituição;
- VII. Dar parecer sobre as normas de transferência de alunos de outras Instituições congêneres, bem como sobre os planos de estudos de adaptação ou para alunos reprovados, além de critérios para equivalência de estudos, aulas de dependências ou adaptação;
- VIII. Aprovar as alterações do currículo pleno do curso, as ementas e programas das disciplinas, com seu respectivos plano de ensino;
- IX. Encaminhar ao Conselho Superior, projetos de criação de cursos de graduação e pós-graduação;
- X. Opinar sobre questões do Regimento da Instituição e suas respectivas alterações, encaminhando-o à Diretoria para as demais providências legais;
- XI. Praticar todos os demais atos de sua competência, como instância de recursos, segundo os dispositivos deste Regimento, por delegação dos órgãos competentes ou por solicitação da Diretoria da Instituição.

O Colegiado de Curso, órgão de natureza deliberativa no âmbito das Coordenadorias de Cursos, é constituído dos seguintes membros: pelo coordenador do curso, que o preside, designado pelo Diretor Geral; para mandato de 2 (dois) anos; por todos os professores que ministrem disciplinas no referido curso; por 1 (um) representante discente, indicado pelo Centro Acadêmico do respectivo curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. Aprovar definição e alterações curriculares do curso, proposto pelo Coordenador;
- II. Avaliar e encaminhar propostas de integração com a comunidade;
- III. Estabelecer o sistema de avaliação do aproveitamento dos acadêmicos em consonância com o Regimento Geral da Instituição;
- IV. Emitir parecer sobre a regulamentação do estágio curricular, bem como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, e outras atividades propostas pelo Coordenador;

- V. Emitir parecer, quando solicitado, sobre aproveitamento de estudos, adaptações e outras situações encaminhadas pela coordenação ou direção;
- VI. Apoiar o Coordenador do Curso em suas funções e atribuições, contribuindo com sugestões e melhorias para o bom andamento do curso;
- VII. Analisar e emitir parecer sobre recursos solicitados pelos discentes.

10.4 Órgão de Apoio às atividades técnico-administrativas e acadêmicas

Os Órgãos de apoio técnico-administrativo e acadêmico são a Secretaria Geral, a Tesouraria e a Biblioteca, cujos titulares são designados pelo Diretor geral do ISESJT. À Secretaria Geral, diretamente subordinada ao Diretor geral, compete a execução dos serviços administrativos necessários ao funcionamento do ISESJT e, especificamente, à execução das atividades relacionadas com os processos de admissão, matrícula, registro e controle da vida acadêmica do alunado e expedição de diplomas e certificação.

A Tesouraria é responsável pelo controle financeiro da IES. A Biblioteca é responsável pela guarda do acervo de títulos adquiridos e controle de empréstimos e devoluções dos exemplares.

10.5 Autonomia do Instituto em Relação à Mantenedora

O ISESJT tem autonomia em relação à sua Mantenedora nas questões de natureza acadêmica. A mantenedora é responsável civilmente perante as autoridades públicas e o público em geral pela IES, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos.

Compete à Mantenedora a administração orçamentária e financeira do ISESJT, buscando promover adequadas condições de funcionamento das atividades da instituição, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários, de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos, e assegurando-lhe os suficientes recursos financeiros de custeio.

10.6 Relações e Parcerias com a Comunidade

As relações e parcerias com a comunidade estão estabelecidas com as escolas de educação básica, públicas e privadas, visando a implementação das atividades de extensão à comunidade que a IES atende.

11 AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Projeto de Avaliação Institucional do ISESJT prevê a autoavaliação e avaliação externa. A autoavaliação ocorre como um processo permanente de acompanhamento do desempenho do ISESJT, em que toda a comunidade acadêmica se articula com vistas a acompanhar todas as atividades, identificar falhas e discutir alternativas para a melhoria da gestão. A avaliação externa será feita pelos egressos, pelos empregadores e também pela avaliação conduzida pelo Ministério da Educação (MEC) através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A operacionalização da avaliação interna é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), composta por representantes dos professores, estudantes, funcionários e dos usuários. As diretrizes, normas e instrumentos para o acompanhamento e avaliação institucional, estão definidas no Projeto de Avaliação Institucional, que foi aprovado pelo Colegiado Superior do ISESJT, refletindo os resultados de amplos debates e propostas dos diferentes sujeitos participantes deste processo.

A cada coleta de informações, a CPA registra em relatórios que posteriormente são apresentados para a toda a comunidade acadêmica. A Ouvidoria se articulará com CPA, cujos resultados contribuirão em melhorias em curto prazo para a comunidade acadêmica.

As dimensões da autoavaliação são aquelas definidas na Lei nº 10.861/ 2004, que criou o SINAES, indicadas a seguir.

- I. Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional
- II. Políticas Institucionais de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e seus mecanismos de Operacionalização
- III. Responsabilidade Social
- IV. Comunicação com a Sociedade
- V. Políticas de Pessoal
- VI. Organização e Gestão da Instituição
- VII. Infraestrutura Física
- VIII. Planejamento e avaliação
- IX. Políticas de Atendimento aos Estudantes
- X. Sustentabilidade Financeira.

A comunidade acadêmica tem participação ativa no processo de avaliação institucional através da resposta aos questionários, de críticas e sugestões. Cada um dos segmentos da comunidade acadêmica avalia a gestão, a infraestrutura, as formas de interação entre as pessoas, e também se autoavalia. Falhas são apontadas, seguidas de propostas de medidas para a sua eliminação.

Os resultados obtidos com todas as ações avaliativas são utilizados para subsidiar as decisões relativas ao planejamento e gestão do ISESJT, objetivando a melhoria da qualidade dos cursos, envolvendo o currículo, o desempenho docente e as condições de infraestrutura. A partir dos resultados das ações avaliativas ocorre o replanejamento das atividades em todos os níveis, com a tomada de decisões administrativas com vistas à melhoria do desempenho do Instituto em todos os seus níveis de gestão.

12 INFRA-ESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

A infraestrutura física do ISESJT foi projetada para atender de forma satisfatória o funcionamento do curso já autorizado, bem como a implantação dos novos cursos previstos neste PDI. A Unidade Sede está instalada na Rua Felix Pacheco, 530, Centro, Floriano, Piauí. O prédio funciona com todas as instalações para as atividades acadêmicas e administrativas.

Todo o espaço destinado ao funcionamento dos cursos foi projetado para oferecer as condições próprias de uma instituição voltada para o bom desempenho dos serviços por ela prestados à sociedade. Neste sentido, é vista com muito cuidado toda a infraestrutura, tanto no que diz respeito à dimensão dos espaços disponíveis, como às condições de iluminação, ventilação, áreas de circulação, e dependências adequadas ao bom funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas.

Visando garantir o cumprimento das ações previstas no Termo de Compromisso, assinado junto a SERES/MEC, a Direção do ISESJT, promoveu uma reforma significativa na infraestrutura, construindo novos espaços para a atuação mais qualificada da gestão, bem como construiu um auditório. O auditório, assumiu grande relevância para a realização das atividades acadêmicas, servindo também para a realização e eventos da comunidade externa.

12.1 Infraestrutura Física

O ISESJT funciona em prédio locado do qual constam as seguintes dependências:

DEPENDÊNCIA	QUANTIDADE
Auditório	01
Banheiro PNE	01
Biblioteca	01
Brinquedoteca	01
Centro Acadêmico	01
Conjunto de Sanitários Femininos	01
Conjunto de Sanitários Masculinos	01

Diretoria Geral	01
Gabinetes para professor tempo integral	03
Laboratório de Informática	01
Núcleo de Atendimento Pedagógico (NUAPE)	01
Núcleo de Tecnologia da Informação / Ouvidoria	01
Recepção/Tesouraria	01
Sala de estudo individual e coletivo	01
Sala de Reunião (CPA e NDE)	01
Sala dos professores	01
Salas de Aula	06

Todas as dependências foram construídas de forma a permitirem o fácil acesso para pessoas portadoras de deficiências, apresentando portas largas, rampas e banheiros adaptados às necessidades especiais dos portadores de deficiências.

Para a oferta dos novos cursos previstos neste PDI, serão construídos laboratórios específicos e novas salas de aula, a partir da verticalização do prédio existente ou serão cadastrados novos prédios anexos.

12.2 Instalações Acadêmicas

12.2.1 Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática é destinado ao ensino e às atividades de extensão e pesquisa. O acesso aos computadores é disciplinado pela Coordenação do Curso em acordo com os professores e alunos. Estão instalados microcomputadores em quantidade que atendem suficientemente à demanda de alunos da IES.

O Laboratório funciona no período vespertino e noturno, tendo em vista a disponibilização de espaço e tempo para aulas, complementação de estudos, pesquisas, cursos de extensão para a comunidade e realização de outras atividades acadêmicas do ISESJT. O acesso de professores e alunos em atividades de pesquisa ou aulas práticas é obtido com a anuência do técnico responsável pelo Laboratório.

No Plano de Atualização Tecnológica dos Equipamentos e Softwares do Laboratório de Informática está estabelecido que os equipamentos e *softwares* devem anualmente passar por uma avaliação técnica para se determinar as atualizações necessárias. O Laboratório de Informática, bem como outros laboratórios que venham a ser criados no ISESJT, tem como uma de suas atribuições a oferta de cursos de extensão para a comunidade acadêmica e não acadêmica.

12.2.2 Brinquedoteca

A Brinquedoteca é um espaço preparado para estimular a criança a brincar, possibilitando o acesso a uma grande variedade de brinquedos, dentro de um ambiente especialmente lúdico. Em um curso de formação de professores este ambiente funciona como um laboratório de ensino-aprendizagem, onde são realizadas atividades que vão possibilitar à criança o autoconhecimento, a exploração do meio, a compreensão de situações, o desenvolvimento e a consolidação de relações, condições essenciais para o aprendizado de conhecimentos, habilidades e atitudes que favoreçam o desenvolvimento biopsicossocial das crianças. Trata-se de um espaço para desenvolvimento de aulas práticas em diferentes disciplinas do curso de graduação em Pedagogia.

12.2.3 Biblioteca

Na Biblioteca do ISESJT funcionam os seguintes ambientes: sala do acervo; sala coletiva para leitura; cabines para estudo individual; salas para estudos em grupo; hall de entrada, com o balcão de atendimento. O acervo da Biblioteca está constituído pelos livros indicados como bibliografia básica para cada disciplina dos cursos oferecidos pelo ISESJT; por obras de referência, periódicos nacionais e internacionais; e por revista de atualidades e jornais de circulação local. O acervo está estruturado de modo a suprir as necessidades de informação da comunidade acadêmica dentro das finalidades de ensino, pesquisa e extensão.

Para assegurar um acervo atualizado e condizente com a demanda da clientela, o material bibliográfico tem três modalidades de aquisição: compra, permuta e doação. Para a compra do material deverá ser destinada verba específica no orçamento do ISESJT, com

previsão semestral de recursos, com vistas a aquisição de livros, obras de referência, softwares, material audiovisual e assinatura permanente de periódicos da área, nacionais e internacionais. No procedimento de permuta, a Biblioteca deverá se integrar a programas de intercâmbio existentes entre bibliotecas e instituições de pesquisa, no âmbito local, regional, nacional e internacional. No que se refere às doações, a Biblioteca promoverá campanhas que incentivem professores, alunos, profissionais e instituições da área de Educação, a doarem material bibliográfico e audiovisual para uso nos cursos.

A Informatização da Biblioteca está caracterizada pela implantação de software específico para catalogação de acervo bibliográfico, consultas e controle de empréstimo. Além disso, dispõe de acesso à rede de internet com computadores destinados à pesquisa interna do bibliotecário(a) e auxiliares, bem como dos usuários. Dessa forma, a Biblioteca busca estar atualizada com as novas tecnologias na área da informática, tais como o acesso a base de dados nacionais e internacionais, correio eletrônico, transferência de arquivos, bibliotecas virtuais, revistas eletrônicas, pesquisa em CD-Rom e pesquisa bibliográfica por e-mail.

O acesso ao acervo é permitido a todos os usuários para consultas. Aos professores, estudantes e funcionários, é permitido o empréstimo mediante cadastro e apresentação de documento de identificação do usuário. Os requisitos para o cadastramento, bem como as normas de empréstimo e de uso do espaço da biblioteca, são divulgados através do guia de orientação para os usuários. Objetivando facilitar o acesso do usuário, o acervo bibliográfico está organizado em estantes apropriadas, catalogado de acordo com o padrão adotado nas bibliotecas universitárias brasileiras, que seguem o formato do IBICT e da ABNT.

13 ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS OU MOBILIDADE REDUZIDA

Para o disposto na legislação referente à inclusão de pessoas com deficiências, o ISESJT possui rampas nas entradas, portas largas, barras de apoio e pisos táteis e antiderrapantes, sanitários adaptados para cadeirantes. Para garantir uma eficácia maior da infraestrutura para essa clientela, os dirigentes providenciaram a eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação de cadeirantes, instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível a esses usuários.

A Biblioteca está buscando os mecanismos necessários para adaptar o acervo e serviços oferecidos, de forma a permitir condições apropriadas de atendimento a deficientes visuais. A disciplina de Língua Brasileira de Sinais está inserida como disciplina obrigatória em todos os cursos de graduação.

13.1 Diretrizes Norteadoras

- CF/88, Art. 205, 206 e 208;
- NBR 9050/2004, da ABNT;
- Lei N° 10.098/2000;
- Decreto N° 5.296/2004;
- Decreto N° 6.949/2009;
- Decreto N° 7.611/2011;
- Portaria N° 3.284/2003.

14.2 DA RESPONSABILIDADE SOCIAL

14.3 DOS ESPAÇOS E RECURSOS

Nosso projeto arquitetônico provê condições de acesso contando com rampas e passarelas interligando todos os pisos, portas amplas em todos os ambientes, banheiro

adaptado, lavabos e bebedouros acessíveis aos usuários de cadeiras de roda e superfície tátil instalada em todo o ambiente acadêmico.

Desde já nos comprometemos em disponibilizar, sempre que necessário: máquina de datilografia braile; impressora braile acoplada ao computador; sistema de síntese de voz; gravador e fotocopiadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas; régua de leitura e scanner acoplado ao computador.

14.4 DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES

A IES, em seu plano de expansão, prevê os seguintes programas e atividades:

- Aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático, possibilitando o maior acesso possível ao conhecimento;
- Realização de treinamento do pessoal docente e técnico-administrativo para capacitá-los e qualificá-los a prestar atendimento às pessoas portadoras de necessidades especiais, assim como às pessoas idosas;
- Criação do Núcleo de Atendimento Educacional Especializado (NAEE), núcleo este integrado ao Núcleo de Apoio ao Discente (NAD), vinculado à Secretaria Acadêmica, objetivando a eliminação gradativa de barreiras que restrinjam a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes portadores de deficiência através de um conjunto de atividades, recursos de acessibilidade pedagogicamente organizadas de forma contínua, prestado de forma complementar e suplementar à formação dos estudantes, de acordo com suas necessidades individuais.

14.5 DAS POLÍTICAS DE TRATAMENTO DIFERENCIADO

Dentre as políticas de tratamento diferenciado prevemos, dentre outras:

- Disponibilização de assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- Disponibilização de mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas;

- Capacitação do corpo técnico-administrativo da IES, em especial a equipe da Secretaria Acadêmica, para disponibilização de serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva;
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Sinalização ambiental para orientação de pessoas com deficiência visual;
- Garantia de atendimento imediato às edificações e serviços da IES. Entende-se por imediato o atendimento antes de qualquer outra, depois de concluído o atendimento que estiver em andamento;
- Divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa portadora de deficiência, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal;
- Admissão de entrada e permanência de pessoa acompanhante da pessoa portadora de necessidade especial (Inclusive quanto ao previsto no Parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 12.764/2012);
- Disponibilização, sempre que necessário, de tradutor/intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Adoção de maior flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Estímulo ao aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- Proporcionar a comunidade acadêmica acesso à literatura, cursos e informações sobre especificidades linguísticas do portador de necessidades especiais;
- Desenvolvimento e oferta do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato-sensu em Atendimento Educacional Especializado – AEE;

- Inclusão da disciplina de Libras – Linguagem Brasileira de Sinais como componente curricular em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da IES;
- Em face ao dinamismo das legislações e normas específicas, realizar, a cada 02 anos, revisão técnica do ambiente acadêmico por profissional arquiteto/engenheiro afim de garantir o pleno cumprimento aos dispositivos legais pertinentes ao atendimento à portadora de necessidades especiais.

14 DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O ISESJT é mantido pela Sociedade de Ensino Superior São Judas Tadeu, sendo esta a responsável pelo provimento das condições necessárias ao funcionamento normal das atividades do Instituto. À Mantenedora cabe o gerenciamento financeiro de todos os recursos relacionados à IES, incluindo aí a aprovação da proposta orçamentária, decisão sobre matéria que envolva a criação ao aumento de despesas, a fixação da política salarial, das anuidades, das taxas e emolumentos escolares, entre outras.

O exercício financeiro da Mantenedora coincide com o ano civil, e dentro desse período o ISESJT deve funcionar considerando os limites de despesa fixados no orçamento anual. O encarregado da gestão financeira é o Diretor Administrativo-Financeiro da Mantenedora, que tem como atribuição dirigir e controlar o movimento financeiro da instituição. Para tanto conta com o apoio da Tesouraria que executa todas as tarefas necessárias ao bom funcionamento financeiro do Instituto.

Por determinação dos órgãos reguladores do MEC, quando da assinatura do Termo de Compromisso, os gestores do ISESJT contrataram os serviços de profissionais autônomos da área contábil para emitirem relatório técnico sobre a situação financeira da IES.

A fonte básica de receita do ISESJT é a renda proveniente das semestralidades escolares, das taxas e emolumentos. Além disso, o Instituto pode dispor de recursos oriundos de operações de crédito, de doações e subvenções (feitas por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais), de convênios e contratos, de rendas de aplicações de bens e de valores patrimoniais, de serviços prestados e de produção ou ainda quaisquer recursos financeiros que lhe forem destinados. As receitas da IES encontram-se discriminadas em planilha, que traz toda a síntese do planejamento econômico-financeiro da instituição para a vigência do PDI.

Os principais itens de despesas são os relacionados ao pagamento de pessoal (docente e administrativo), incluindo-se aí salários e encargos, despesas com o plano de qualificação de docentes, com materiais didático-pedagógicos, com encargos tributários, com tarifas de serviços públicos, com a realização do concurso vestibular e com a manutenção de equipamentos e instalações físicas. As informações referentes ao orçamento, bem como ao

cronograma de execução encontram-se detalhadas no Quadro 3, que apresenta a projeção de receitas e despesas para o período deste PDI.

Quadro 3: Planejamento Econômico-Financeiro 2012-2016

RECEITAS	2012	2013	2014	2015	2016
Anuidade / Mensalidade(+)					
Diversos(+)					
Financiamentos(+)					
Serviços(+)					
Taxas(+)					
TOTAL DE RECEITAS					
DESPESAS					
Bolsas(-)					
Inadimplência(-)					
Acervo Bibliográfico(-)					
Aluguel(-)					
Despesas Administrativas(-)					
Encargos(-)					
Equipamentos(-)					
Eventos(-)					
Investimento (compra de imóvel) (-)					
Manutenção(-)					
Mobiliário(-)					
Pagamento Pessoal Administrativo(-)					
Pagamento Professores(-)					
Pesquisa e Extensão(-)					
Treinamento(-)					
TOTAL DE DESPESAS					
TOTAL GERAL					

O reajuste da semestralidade será feito no início de cada semestre, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC e IGP-M, acumulado desde o período do reajuste imediatamente anterior. Os valores poderão sofrer alteração no decorrer de um semestre caso haja alguma mudança na legislação que tenha impacto significativo sobre os custos do Instituto.

14.1 Planos de investimentos

Na vigência deste PDI o ISESJT tem previsto os seguintes investimentos:

- a) Ampliação do acervo bibliográfico dos cursos implantados;
- b) Ampliação do acervo bibliográfico para a autorização dos novos cursos;
- c) Aquisição de novos computadores e equipamentos de informática, na medida em que for necessário, para atualização tecnológica do Laboratório de Informática;
- d) Organização de infraestrutura específica para funcionamento dos novos cursos;
- e) Contratação e qualificação do pessoal docente e técnico;
- f) Manutenção do material permanente e dos equipamentos existentes, incluindo aqueles dos laboratórios, os recursos visuais e os demais materiais dos setores administrativos do Instituto;
- g) Realização de eventos.